

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA NA AMAZÔNIA: CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Conceição Gentil Corrêa, Cristina Senna,¹

Daniel F. Lopes, Dirse Clara Kern,¹

Isolda Maciel da Silveira,¹

Lourdes Gonçalves Furtado,¹

Marcelo Gatti, Philippe Lená,¹

Roberto Cortez, Rodrigo Peixoto,¹

sob a Coordenação de:

Daniel Lopes,¹

Isolda Maciel da Silveira e Roberto Cortez¹

RESUMO - As diferenças ambientais na Região Amazônica apresentam-se como produto do processo de modificações da paisagem e do clima, e estão integradas por variáveis diversas como o solo, as formações geológicas e geomorfológicas, a vegetação, a fauna e o clima. Através de experiências adaptativas levadas a efeito com relativo sucesso, o homem amazônico incorporou as diferenças ambientais ao seu cotidiano, enriquecendo e diversificando a sua cultura. A diversidade cultural, constatada desde o período pré-colombiano através dos estudos arqueológicos, define os diferentes estágios da ocupação pré-histórica da Amazônia. Com a intensificação da presença do europeu a partir de 1616, tem início uma situação de contato interétnico que resultou num processo irreversível de deculturação e miscigenação dos povos indígenas. As atividades extrativistas do látex, do óleo de copaliba, da castanha-do-Pará e de outros produtos nativos, embora tenham acelerado o desenvolvimento urbano de Manaus e Belém e o surgimento de vilas e povoados, causaram a formação de uma estrutura de classes sociais distorcida que perdura até hoje, bem como a redução dos territórios indígenas. Em 1970 ocorre uma verdadeira ruptura histórica e simbólica com a implantação do Programa de Integração Nacional - PIN, que gerou intenso fluxo migratório, especulação fundiária e violentos conflitos entre fazendeiros posseiros, índios, seringueiros e garimpeiros. As populações caboclas, com suas peculiaridades associadas à natureza dos bens mobilizáveis, sofrem as consequências dos impactos causados pela devastação das florestas, extração mineral, construção

¹ Pesquisadores do Departamento de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi

de represas, pesca industrial indiscriminada, etc. As populações indígenas contemporâneas atravessam uma fase crítica, característica de uma nova situação de crise decorrente da reocupação econômica desenfreada, baseada na grande propriedade econômica, subvencionada pelo Estado. Das populações pré-históricas, temos o patrimônio arqueológico que, apesar de ser protegido por lei federal como "bem da União", também vem sendo destruído pela reocupação econômica desenfreada. Ao lado dessas colocações, são apresentadas sugestões que podem, subsidiar a formulação e implantação de políticas desenvolvimentistas compatíveis com as características e vocações naturais e culturais da região.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-História, Colonização, Populações Caboclas, Povos Indígenas, Patrimônio Arqueológico.

ABSTRACT - The environmental differences in the Amazon region are presented as a product of the modification of the landscape and of the climate and include diverse variables such as soil, geological and geomorphical formations, vegetation, fauna, and climate. By means of successful efforts at adaptation, man in Amazonia incorporated the environmental differences into his daily life, enriching and diversifying his culture. Cultural diversity, demonstrated since the pre-Columbian period by archeological studies, characterizes the different stages of the prehistoric occupation of Amazonia. With the intensified European presence after 1616 there begins a situation of interethnic contact which resulted in an irreversible process of deculturation and miscegenation of the indigenous peoples. The extractive industries of rubber, copaiba oil, Brazil nuts, and other native products, while having accelerated the urban development of Manaus and Belém and the appearance of towns and villages, caused the formation of distorted social classes which have persisted till now, as well as the reduction of indigenous lands. In 1970 there occurred a true historical and symbolic rupture with the implantation of the National Integration Program (PIN), which generated intense migratory flux, land speculation, and violent conflicts between ranchers, settlers, Indians, rubber tappers, and miners. The caboclo populations, with their particularly close relation to the extractable natural resources, suffered the impact caused by the devastation of forests, extraction of minerals, construction of dams, indiscriminate industrial fishing, etc. The contemporary indigenous populations are in a critical phase, typical of a new crisis situation resulting from unrestrained economic reoccupation, based on great economic interests, underwritten by the State. Of the prehistoric populations we have the archeological patrimony, which, in spite of being protected by the law as state property, is also being destroyed by the unrestrained economic reoccupation. Aside from these considerations, suggestions are presented which might provide the basis for the formulation and implantation of development policies compatible with the natural and cultural characteristics and vocations of the region.

KEY WORDS: Prehistory, Colonization, Caboclo Populations, Indigenous Peoples, Archeological Patrimony.

INTRODUÇÃO

A necessidade de fixar bases científicas para o estabelecimento de uma estratégia de zoneamento para a Amazônia não é nova. Porém, constitui uma preocupação sempre atual e que deveria ser considerada pelas políticas governamentais. Foram tantas as recomendações, propostas e alerta contemporâneos, com nada ou quase nada levado em consideração oficial e, conseqüentemente, incorporado na política de reocupação efetiva da região no contexto continental, que seria conveniente nesta introdução recordar algumas recomendações anteriores de um grupo de profissionais da então Divisão de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi, quando se tratou da “política florestal para o desenvolvimento da Amazônia”, época em que muita coisa ainda poderia ter sido evitada.

Em primeiro lugar, caberia lembrar ser indispensável se orientar “por uma visão de conjunto do problema”(Oliveira 1979:191), mas com a preocupação voltada para a “necessidade inadiável de centrar no habitante da região os benefícios do desenvolvimento” (Ibid.). Porém, só uma visão de conjunto seria insuficiente, se não fosse acompanhada da idéia de que a Amazônia “não constitui um todo homogêneo, nem tampouco uma realidade exclusivamente heterogênea”(Ibid.).

Em segundo lugar, que talvez deveria ser o primeiro, o problema amazônico - até porque os amazônidas não criaram problema nenhum - é de natureza *política* no amplo sentido da palavra. E a Amazônia deixou de ser um problema regional. Tampouco não é mais apenas nacional. A Amazônia tornou-se um problema continental - talvez até mundial - por razões que parecem importantes, algumas antigas outras novas. Por exemplo, várias unidades detêm parcela da Amazônia, como é sabido: Bolívia, Peru, Colômbia, República Cooperativista da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O assunto não interessa apenas ao Brasil. Mas, razão mais importante ainda é que atualmente observa-se uma consciência da continentalização do problema.

Infelizmente, a Amazônia tem sido olhada com uma visão geopolítica estreita. Nos anos recentes, por exemplo, durante o processo constituinte, o CSN - Conselho de Segurança Nacional, inspirador do Projeto Calha Norte, foi transformado em SADEN - Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional mantendo-se o controle dos assuntos amazônicos. E assim continuamos a ser, na prática, uma área de segurança nacional, o que parece prolongar-se com a recente Secretaria de Assuntos Estratégicos. A Constituinte de 86, portanto,

talvez porque não tenha sido nem tão livre, nem tão soberana, nem tão democrática, não conseguiu romper essa tutela.

Nesse sentido, pode-se argumentar que para se repensar o zoneamento da Amazônia e, conseqüentemente, seu desenvolvimento econômico e social em novas bases, teríamos que admitir a existência de uma geopolítica implícita ou explícita calcada, em maior ou menor grau, numa ideologia militarista que sempre esteve presente, de uma forma ou de outra, nos sucessivos processos de reocupação do espaço amazônico pela chamada civilização, que precisaria ser superada. Historicamente, tem sido identificado, por exemplo, quatro situações: século XVII - a política de conquista e expansão do colonialismo português; século XVIII - a política pombalina na Amazônia; século XIX - a política da borracha; século XX - as políticas desenvolvimentistas (Oliveira 1988).

1 - O HOMEM E A DIVERSIDADE AMBIENTAL E CULTURAL

Em termos ambientais, a região da Amazônia apresenta-se como produto de processos de modificação da paisagem e do clima, com registros ainda visíveis relacionados a eventos paleoclimáticos, ocorridos ao longo do período Quaternário, há dois milhões de anos, aproximadamente. As diferenças ambientais observadas são integradas por variáveis diversas como o solo, as formações geológicas e geomorfológicas, vegetação, fauna, clima, com superposição de algumas dessas variáveis delimitando ecossistemas.

Uma das diferenciações dá-se a partir das grandes unidades geotectônicas que integram a Amazônia como os Crátons do Guaporé e Guianês, onde se tem as unidades lito-estratigráficas mais antigas, de origem ígnea e metamórfica, e a Bacia Amazônica, formada provavelmente através de reativação pós-plataformal, apresentando em sua composição rochas sedimentares.

Outro exemplo de diversidade encontrada na Amazônia deve-se aos seus componentes fitoecológicos limitados por formas biológicas características de expressão regional, podendo ocorrer em terrenos de litologias diferentes. A atuação de fatores locais, entretanto, como aqueles de ordem litológicas, pedológica e de relevo, é utilizada para explicar a ocorrência de disjunções florestais e de áreas de tensão ecológica.

Ao longo das faixas de transição das regiões fitoecológicas ocorrem áreas de tensão ecológica, definidas como faixa de interação e interpenetração

florística, resultando numa mistura de espécie ou, mais comumente, em encaves de fisionomias diversas. Schimeper (apud Projeto Radam 1981) define estas áreas como uma gradação de vegetação que se desenvolve para outra. Clements (apud Projeto Radam op, cit.) discorda, porém, desta opinião, na medida em que considera área de tensão ecológica, como o embate de dois tipos de vegetação em competição pelo mesmo espaço.

Balée (1987), embora considerando que existam fatores geológicos, pedológicos e climáticos, entre outros, relacionados à diversidade fitoecológica da Amazônia, chama a atenção para a influência de fatores culturais significativos na formação de diversos “tipos” de floresta de terra firme na região, evidenciados através da existência de: 1) matas de cocais, dominados por *Orbignyaphalerata* Mart. (babaçu); 2) matas de “caiaué”, com alta frequência de *Elalis oleitera*; 3) matas com alta frequência de palmeiras diversas; 4) campinas abertas de areia branca; 5) matas de *Guadua* Sp. (bambu); 6) ilhas de mata de cerrado central (apête na língua Kayapó); 7) castanhais e; 8) mata de cipó. Há superposição de um ou mais tipos.

Com relação a aspectos limnológicos, os rios amazônicos são caracterizados como rios de água branca (água barrenta), rios de água clara e rios de água preta. Esta diversidade leva a questionamentos sobre as causas de tão notável diferença, encontrando-se as respostas nas nascentes destes.

Os rios de água branca como o Amazonas, Purus e Madeira provêm de serranias situadas principalmente nos Andes. Transportam altas quantidades de sedimentos ricos em nutrientes, que são depositados, por ocasião das cheias anuais, nas áreas de várzea, mais propriamente na porção ocidental do baixo Amazonas, fertilizando suas margens, graças ao baixíssimo gradiente topográfico, entulhando seu leito, muitas vezes formando “paranáis”.

Os rios de águas claras como o Tapajós, por exemplo, nascem em substratos maciços muito antigos como o escudo Guianês e do Brasil Central, com relevo mais arrasado e regular que os Andes, ou ainda em sedimentos do período Terciário da Bacia Amazônica. Transportam menor quantidade de sedimentos, com os terrenos circundantes em geral constituídos de uma vegetação aberta típica de cerrado, com duas estações bem definidas, a seca e a chuvosa, com transporte fluvial acentuado nesta última, onde as profundidades limites de visibilidade podem reduzir-se a 0,80 m (Sioli 1985).

A presença de águas turvas nos rios de água preta e sua pobreza em partículas suspensas estão relacionadas também a um relevo sem grandes

diferenças altimétricas, homogêneo e mais arrasado que o relevo andino, isto na região de suas cabeceiras. Outro dado que contribui para diferenciar essas nascentes é a peculiaridade do solo da região, que não contribui significativamente, com material polínico transportável, em suspensão.

Sabe-se, hoje, que a formação de diferentes constituintes de nascentes fluviais está condicionada à composição do solo que lhes serve de base. Na Amazônia, cerca de 70% dos solos provêm de rochas sedimentares ou graníticas, altamente intemperizados e lixiviados formando solos caulíníticos e, por isso, pobres em nutrientes. Esses solos são representados principalmente por latossolos e podzols. Os solos determinam o P.H responsável pela decomposição das substâncias mortas e, em termos de oxidação, resultam em nascentes de águas claras. Em caso de redução, os solos podzólicos formam aí ácidos fúlvios e húmicos que, por gravidade, chegam ao lençol freático, tingindo-o, para depois originar os igarapés de água preta.

A fertilidade e produtividade dos solos de várzea da Região Amazônica é observada desde a Pré-História, comprovada hoje através de boas safras de milho, feijão, etc., com o acréscimo do plantio de juta dando-se mais tarde (Sioli 1985).

Há também a produtividade pesqueira abundante, ponto final de uma cadeia alimentar, cuja origem dá-se como produto da composição das águas do Amazonas, farta em matéria depositável e quimicamente mais rica, além dos nutrientes, cuja inundação sazonal de suas margens origina áreas alagadas com baixa energia, onde o material em suspensão é precipitado, fertilizando os solos adjacentes em épocas de seca. Com a precipitação desses materiais, há facilidades de penetração da luz a maiores profundidades, possibilitando assim a fotossíntese das plantas verdes, sobretudo das algas de planctos. O mesmo acontece a ambientes lacustres, com a formação de densos tapetes de plantas aquáticas flutuantes, sobretudo de gramíneas que, com suas raízes, utilizam os nutrientes dissolvidos na água, enquanto, em sua porção subaérea, as folhas que a constituem tornam-se independentes, em sua fotossíntese, da permeabilidade da água. Há, nesse sentido, uma enorme produção de matéria orgânica e, entre suas raízes mergulhadas, encontra-se a mais rica fauna aquática, tanto em espécies como em número de indivíduos.

A cadeia alimentar nessas áreas de predomínio aquático inicia-se, portanto, com a produção de fitoplâncton e os prados flutuantes, prosseguindo com a formação de zooplâncton. Há, então, a interferência de peixe-bois hoje

seriamente ameaçados de extinção. A fauna inter-radicular constituída de animais minúsculos serve de alimento aos peixes, tartarugas e jacarés, etc., além de servir também às aves aquáticas em grande quantidade. Consta-se assim que os corpos da água da várzea são os biótopos com maior produção primária de toda a hidrografia amazônica (Sioli 1985).

As zonas costeiras amazônicas, de grande expressão regional, são integradas por ecossistemas menores caracterizados por baías abrigadas, mangues, estuários, dunas, cordões litorâneos e planícies de maré, entre outros. É um ambiente frágil, localizado entre o ambiente marinho e o continental, já comentado, sendo produto, em sua atual configuração e características, de movimentos crustais e do nível do mar, de origem climática, principalmente, e que remontam aos últimos 6000 anos do presente (ótimo climático) dentro do período Holoceno.

Os manguezais constituem-se no ecossistema mais expressivo do litoral amazônico, sendo típico de ambiente estuarino, instável, caracterizados por condições específicas de PH e salinidade, tendo um substrato formado basicamente de argilas orgânicas, substrato este correspondente a sedimentos às desembocaduras fluviais, por processo de agredação. A ruptura de equilíbrio dos manguezais promove desestabilização de todo o sistema estuarino.

As áreas litorâneas são altamente produtivas em termos alimentares, chegando a valores de 200 Kcal/m²/ano. Incluindo as áreas com correntes de ressurgência e estuários, essa produção chega a 7x10¹⁶ Kcal/ano (Yesner, 1980). Os assentamentos costeiros ligados a essas áreas estão relacionados ainda, segundo Yesner (op. cit.), aos seguintes quadros ambientais: A) Linhas costeiras complexas em baías produtivas e abrigadas; B) Áreas relacionadas a lagoas, que servem como habitats adicionais para aves aquáticas e peixes, assim como fontes de água fresca; C) Áreas próximas a correntes de ressurgências; D) Zonas costeiras baixas, onde se encontram mariscos e outros invertebrados.

Toda essa diversidade ambiental perfazendo os ecossistemas amazônicos, os quais mantêm relações entre si, foi observada e incorporada ao cotidiano de vida das populações amazônicas, desde a Pré-História, constituindo e enriquecendo sua cultura e, ao mesmo tempo, “resistindo” a certas mudanças no decorrer do tempo, como resultado de experiências adaptativas levadas a efeito com relativo sucesso.

2 - A PRÉ-HISTÓRIA E A OCUPAÇÃO COLONIAL

Na Amazônia, os vestígios arqueológicos encontrados estão representados principalmente pelos objetos de cerâmica, de pedra e de ossos, as marcas de fogueiras, os sepultamentos, os resíduos de alimentação e as sinalações rupestres (pinturas e gravuras em paredões rochosos). Nesta região, onde a pesquisa arqueológica é recente e o trabalho para resgatar o passado do Homem apenas começou, já se pode registrar a presença de grupos humanos portadores de diferentes tecnologias, com diferentes estilos de vida e que habitaram os diferentes ambientes existentes desde milhares de anos antes de Cristo.

Embora existam controvérsias teóricas sobre a ocupação pré-histórica da região, de acordo com o modelo ou esquema mais difundido, os grupos mais antigos que ocuparam a Amazônia viviam basicamente da caça e da coleta de raízes, sementes e frutos silvestres, não conhecendo ainda o cultivo nem a fabricação da cerâmica (Simões 1983). Os vestígios mais expressivos são os artefatos de pedra, principalmente aqueles destinados à caça, como as pontas-de-flexa muito bem elaboradas. A ausência de mecanismos tecnológicos mais eficientes para a obtenção de alimentos levou esses grupos ou bandos a habitarem, preferencialmente, locais com boa disponibilidade de recursos naturais exploráveis, para suprir suas necessidades básicas. Habitavam desde simples acampamentos a céu aberto, até lugares destinados a uma ocupação mais prolongada, como os abrigos-sob-rochas, grutas e cavernas, como aquelas encontradas ao norte de Mato Grosso, Rondônia, Serra dos Carajás e Serra das Andorinhas. Viveram na Amazônia desde aproximadamente 12.000 até 1.000 anos antes de Cristo.

Por volta do terceiro milênio antes de Cristo, chegam à Amazônia os primeiros grupos ceramistas, procedentes provavelmente da costa norte da Colômbia. Eram grupos que viviam basicamente da pesca e da coleta de crustáceos (caranguejo, camarões etc.) e moluscos (mexilhão, ostras etc.), distribuindo-se, principalmente, por todo o litoral nordeste paraense, compreendido pela faixa de terra que sofre influências das marés, banhadas por águas salobras ou salgadas, que se estende da baía de Marajó até a foz do rio Gurupi, no limite com o Estado do Maranhão. Construíram e habitaram os conhecidos *sambaquis*, que são amontoados de conchas resultantes de sua alimentação, e onde são encontrados também vestígios de utensílios diversos e de esqueletos humanos. Além da cerâmica, produziam também artefatos de pedra, de osso e de conchas de moluscos. Ocuparam a região desde aproximadamente 3.200 até 200 antes de Cristo (Simões 1983).

A partir de 1.100 até cerca de 200 anos antes de Cristo, grupos ceramistas que já desenvolviam um cultivo incipiente de sementes e raízes, porém tendo ainda a caça de pequeno porte, a pesca e a coleta como base da sua alimentação, ocuparam a Amazônia, habitando, de preferência, parte da Ilha de Marajó e o baixo Amazonas (Corrêa & Lopes 1988). Suas aldeias ficavam às margens de rios e igarapés, e em sambaquis fluviais. Além da cerâmica, possuíam alguns artefatos de pedra.

No início da era Cristã a Amazônia foi praticamente toda ocupada por grupos com padrões culturais diversos, que aí sobreviveram até aos tempos históricos, como mostram as datações por C_{14} , bem como outras evidências. Eram grupos que baseavam sua subsistência num tipo de horticultura itinerante - o cultivo de raízes -, conhecida como de *coivara* ou *derrubada/queimada*. Habitavam aldeias constituídas de uma grande casa comunal, ou de várias casas menores dispostas de forma circular, ao longo dos rios e lagos, construídas diretamente no solo, ou ainda em palafitas. Além da cerâmica, dos artefatos líticos, da tecelagem e plumária, fabricavam e utilizavam as canoas (Corrêa & Lopes 1988). A ampla dispersão geográfica e a densidade dos assentamentos, observadas através das pesquisas já realizadas, leva a supor que estes foram os grupos que melhor se adaptaram ao ambiente de Floresta Tropical úmida da região, cujos modos de vida teve continuidade com as populações indígenas contemporâneas.

Grupos com maior complexidade cultural também chegaram à Amazônia por volta do início da era Cristã, sobrevivendo até cerca de 1.300 da nossa era. Teriam vindo, provavelmente, de regiões subandinas e praticavam uma agricultura bem mais desenvolvida que aquela do tipo *coivara* dos grupos horticultores, com os quais coexistiram por vezes até na mesma área (Simões 1983). Estes eram grupos bem mais sedentários, já possuindo uma estrutura política e uma sociedade estratificada. De sua tecnologia cerâmica destaca-se a presença de urnas muito bem elaboradas, refletindo um alto grau de especialização. Sua distribuição apresenta-se mais concentrada na parte centro-ocidental da região, onde é maior o número de sítios já localizados. Entretanto, os vestígios mais expressivos foram descobertos na Ilha de Marajó. Apesar de sua maior complexidade cultural, estes grupos não conseguiram sobreviver por muito tempo ao ambiente amazônico. Sobre este ponto, a hipótese mais difundida, embora contestada, é a de que o meio ambiente da Amazônia, especialmente o da ilha de Marajó, onde as pesquisas e estudos foram mais intensos, não teria oferecido condições favoráveis à manutenção desses grupos, cuja densidade

demográfica e complexidade cultural, bem maior que dos grupos citados anteriormente, estariam acima da capacidade de sustentação oferecida pelo ambiente da região.

Desse modo, pode-se observar que a Região Amazônica foi repetidamente percorrida e ocupada nos tempos pré-colombianos por grupos humanos originários, provavelmente, das áreas vizinhas de norte e oeste. Portadores de padrões culturais distintos, alguns conseguiram sobreviver até aos tempos históricos, muitos dos quais convivendo com os próprios colonizadores europeus que chegaram à Amazônia.

A colonização da Amazônia brasileira deu-se a partir de 1616, com a intensificação da presença de portugueses na faixa Atlântica. Os objetivos eram: a) defesa e posse do território através da construção de fortificações; b) desenvolvimento econômico através da coleta de "drogas do sertão" e do cultivo da cana-de-açúcar; c) finalmente, a implantação de missões religiosas visando à catequese dos índios.

Deve-se registrar também a presença anterior de espanhóis, franceses, holandeses e irlandeses que exploraram o território amazônico, contando para isso com o conhecimento que o índio tinha do meio ambiente. Assim, com a penetração desses colonizadores, deu-se início a uma situação irreversível de contato interétnico que acarretou não apenas o deslocamento de grupos indígenas para outras áreas, como também o seu aliciamento para o trabalho nos centros que então surgiram e, conseqüentemente, um processo deculturativo. Esse processo foi mais intenso com as políticas de Pombal para a Amazônia, no século XVIII (Oliveira 1988).

O início da exploração da borracha, a partir de 1840, carrou grande fluxo migratório para a região, principalmente de levas de nordestinos que, vindos para a Amazônia, aliviavam as pressões sociais em seus lugares de origem. Essa fase, que se estendeu até 1910, acelerou o desenvolvimento urbano de Manaus e Belém, além do surgimento de vilas, povoados e de uma classe social abastada, decorrente do enriquecimento de um grupo reduzido.

O declínio do extrativismo da borracha levou a Região Amazônica a um período de depressão econômica, onde o desemprego em larga escala pressionou tanto esses novos migrantes quanto parte da população anterior a migrarem para outras áreas ou partirem em busca de novas atividades econômicas.

Segundo Loureiro (1989:32), "...o período da borracha não se constituiu num período áureo da economia regional, mas numa fase de acumulação violenta e penosa do capital, e na qual se formou uma estrutura de classes sociais fortemente distorcida, que moldou a estrutura de classe na Amazônia até hoje". Foi também nessa época que os índios tiveram seus territórios diminuídos pela ocupação extrativista, não apenas do látex, como também da castanha-do-pará, do óleo da copaíba e de outros produtos, num processo gradativo de deculturação desses grupos indígenas.

Vê-se assim que a Amazônia vem sendo explorada desde a época do colonialismo, segundo uma política extrativista, seja de recursos renováveis ou não renováveis. Nas últimas décadas, com o desenvolvimento tecnológico e incentivos governamentais, o processo extrativista vem sendo acelerado, com alguns segmentos da sociedade nacional (grandes empresários latifundiários e multinacionais) beneficiados com o acúmulo de capital, em detrimento do meio ambiente e da qualidade de vida das populações amazônicas.

3 - 1970: A RUPTURA E O NOVO MODELO REGIONAL

Em termos contemporâneos, já podia ser observado um avanço camponês e pecuarista no sul e sudeste da Amazônia antes de 1970. Também os projetos desenvolvimentistas ocupavam um espaço apreciável nos discursos dos políticos há bastante tempo. No entanto, pode-se considerar 1970 como o marco de uma ruptura histórica e simbólica para a região. O lançamento do P.I.N. (Programa de Integração Nacional: 16/06/70), e as medidas que o acompanhavam, representou um impulso decisivo que mudou irreversivelmente os rumos da Amazônia.

Os poderes públicos, aproveitando um crescimento real da economia, bem como grandes empréstimos e uma centralização das decisões, conseguiram levar a frente um projeto de reocupação de inspiração militar (integrar, ocupar e explorar a Amazônia para firmar a Soberania Nacional) em uma escala sem precedentes.

O Estado, auto-proclamado "mestre de obras", criou os instrumentos necessários para sua política (SUDAM, SUFRAMA, BASA, INCRA, Incentivos fiscais, etc.), e transformou a região em uma imensa fronteira de recursos, podendo ser usada, ao mesmo tempo, para várias finalidades: política, econômica, social, simbólica, etc.

É a partir dessa data que se efetiva a “captura” da bacia, originalmente voltada para o oceano “atlântico, e sua progressiva reorientação para o Sul e Sudeste do País, graças, em particular, à extensa rede de rodovias implementadas. É também a partir desse momento que se acentuaram as relações do tipo centro/periferia com o resto do país, devido à centralização das decisões, à origem dos capitais e ao tipo de exploração efetivada.

A nova política para a região trouxe importantes fluxos migratórios a procura de oportunidades na agricultura, nos canteiros de obras de mineradoras ou de hidrelétricas, na exploração madeireira, nas cidades novas em rápida expansão, e, mais recentemente, no garimpo. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se a especulação fundiária, apoiada na pecuária e alimentada pela inflação. A concorrência pela terra desencadeou conflitos violentos, bem conhecidos, entre fazendeiros, posseiros, índios e seringueiros.

De certa forma, o “sucesso” dessa política foi tal que, já no início da década de oitenta, num contexto de crise econômica, os poderes públicos pareciam mais preocupados em minimizar os efeitos da ocupação anárquica do espaço, e em gerir as dinâmicas por eles desenvolvidas, do que em implementar novas políticas.

A defasagem entre o ritmo de crescimento das necessidades básicas (rodovias, saneamento urbano, loteamento rural, assistência técnica, médica e escolar etc.) - alimentada pelos altos índices de imigração - e o aumento demasiadamente lento da oferta desses bens está na origem de uma crise social e econômica grave: crescimento da violência rural e urbana, empregos precários nas cidades que vivem principalmente do comércio, da indústria madeireira e do funcionalismo público, sem indústrias ou agro-indústrias capazes de gerar empregos seguros.

Em certa medida, o surgimento do garimpo no início dos anos oitenta ofereceu uma saída para regiões de subempregos urbanos e camponeses a procura do pequeno capital indispensável para iniciar um processo de acumulação.

Salvo em alguns casos, a abertura da região não teve por efeito o crescimento dos assentamentos e do habitat tradicional, mas sim a criação paralela de uma nova organização territorial baseada na infra-estrutura rodoviária recém-criada e nas atividades econômicas (principalmente primárias) recentemente implantadas. Conseqüentemente, houve não somente um drástico crescimento demográfico, devido à imigração, mas também uma distribuição

totalmente nova da população, que somente abrangeu uma fração pequena das populações regionais antigas, que, em muitos casos, continuam sofrendo um processo de êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos regionais (Manaus, Belém, e, em escala menor, Santarém).

Seria de suma importância para qualquer ação de planejamento, gestão do território e zoneamento, poder prever, ao menos aproximadamente, a evolução dos novos assentamentos. Infelizmente, tal ambição revela-se mais complexa ainda na Amazônia do que em regiões mais consolidadas. Pouco se sabe a respeito da estabilidade dos assentamentos a médio prazo; tampouco no que diz respeito às suas perspectivas de crescimento. O peso das distâncias, um sistema ecológico mal conhecido e frágil, a quase ausência de efeitos de escala, de complementaridade e de sinergias, torna o desenvolvimento extremamente dependente de decisões políticas capazes de superar essas deficiências. No entanto, o peso de tais medidas recai sobre a totalidade da comunidade nacional, daí sua fragilidade política. Isso explica o pessimismo de certos economistas; se a verdade dos preços e a lei das vantagens comparativas fossem respeitadas, muitas atividades (e, por conseqüência, muitos centros populacionais) tornar-se-iam inviáveis. Porém, mesmo em caso de grave crise econômica, é pouco provável que um governo se exponha a tamanho risco político. O que está em questão é o volume dos repasses e ajudas, bem como a adequação das políticas.

Por outro lado, essa alta dependência em relação às decisões políticas pode se tornar positiva no que concerne ao controle e à gestão do espaço. Por exemplo: sabendo que a expansão da população e das atividades depende da abertura de estrada, é possível limitar a expansão numa área, renunciando a fazer estradas. Em compensação, o asfaltamento e melhoria da rede rodoviária das áreas já ocupadas ajudaria, consideravelmente, o desenvolvimento.

Mesmo assim, certas escolhas têm que ser feitas. É impensável, a médio prazo, difundir serviços, em quantidade e qualidade, para cada canto da Amazônia. A distância significará durante década um nível de serviços e oportunidades sociais e culturais inferior. Certos agrupamentos e concentrações parecem indispensáveis. Mas essa lógica centrípeta, característica do processo acumulativo que é o desenvolvimento, defronta-se com a tendência centrífuga característica do fenômeno de "fronteira". De fato, essas condições, mesmo difíceis, são atrativas para uma camada da população brasileira sem recursos, mas movida pela esperança de alcançar a autonomia, propriedade e dignidade, onde haja terra disponível, apostando no futuro crescimento da

região, conforme o exemplo histórico da expansão da fronteira no Brasil. Paradoxalmente, eles se defrontam com os especuladores, que fazem a mesma aposta.

Essa tendência acentuada à expansão do povoamento combina-se com uma tendência a desenvolver práticas extensivas/destrutivas. Com efeito, além de políticas adequadas, existem também outras maneiras de compensar uma situação geográfica pouco favorável, tais como um alto nível de capitalização e/ou uma redução dos custos através da exploração “mineira”² dos recursos naturais (sem mesmo falar da exploração da mão-de-obra, porém, mais difícil contexto de espaço disponível, a não ser pela violência-regime de quase escravidão, aviamento, etc.). - Uma forte capitalização só é possível se o produto estiver em situação de monopólio ou se ele possuir um alto valor (no caso de recursos minerais, um “teor de corte” favorável). Assim sendo, a exploração extensiva de baixo custo, é freqüentemente mais rentável nas condições prevalentes na Amazônia, com fortes impactos sobre o meio ambiente. Isso é particularmente verdadeiro para a pecuária, principalmente se levar em conta os lucros adicionais proporcionados pela valorização fundiária (o desmatamento sendo considerado uma benfeitoria) e as vendas de madeira. Mesmo os camponeses dos Projetos de colonização e os posseiros recorrem, em geral, às práticas extensivas, destrutivas (já que existem práticas extensivas não destrutivas como as dos Índios, por ex.), por falta de opções; a pecuária expande-se rapidamente entre eles.

No que concerne à exploração madeireira, atualmente responsável por uma proporção cada vez mais importante dos desmatamentos, é o exemplo mais típico de exploração “mineira”, quase sem nenhum custo de manutenção de recurso.

As condições estruturais prevalentes levaram ao paradoxo de se ter, ao mesmo tempo, uma densidade demográfica fraca combinada com índices altíssimos de destruição do meio.

Já que, de modo geral, e enquanto existire espaço disponível, o crescimento “vertical” estará sempre concorrendo com a expansão horizontal numa luta de

² Expressão usada por analogia com a exploração de uma jazida mineral, que se traduz pelo esgotamento do recurso. Por extensão, é aplicado a qualquer atividade que esgota o recurso natural, sem reposição (ex.: a agricultura que esgota a fertilidade natural, sem compensação).

vantagens comparativas, na qual as atividades consumidoras de recursos primários e de espaço, bem como certas camadas de população, encontram-se rejeitadas na periferia, torna-se indispensável impor limites a esta expansão através de leis e da criação de parques e reservas. Paradoxalmente, a criação destes marca o fim da natureza em si e sua reapropriação simbólica e cultural enquanto artefato.

Mesmo admitindo-se uma diminuição dos fluxos migratórios para a Amazônia, a reserva de pequenos camponeses ou trabalhadores rurais potencialmente interessados pela aventura amazônica é amplamente suficiente para acabar a totalidade da floresta (quanto mais se acrescentar a pecuária e a exploração madeireira!). A Região Norte é, de fato, a única região do país onde há criação líquida de unidades de produção familiar camponesas, num contexto nacional de redução da população ativa do ramo (fenômeno normal, que vai se acentuar). Melhores oportunidades para essas populações nas outras regiões reduziria, sem dúvida, a demanda de terra na Amazônia. Assim, o futuro da Amazônia depende também muito do desenvolvimento do resto do país e da capacidade dos poderes públicos de transformar as camadas, até então excluídas, em parceiras do desenvolvimento, nas suas áreas de origem.

Outras atividades são inevitáveis e terão efeitos importantes sobre a geografia da região; é o caso das usinas hidrelétricas e da exploração mineral. Uma redução do número das hidrelétricas planejadas, uma diversificação das opções energéticas, bem como uma grande cautela na escolha dos sítios, devem ser considerados uma prioridade. No entanto, não há dúvida que haverá novas hidrelétricas na região. Da mesma forma, mesmo dependendo da situação dos mercados internacionais, a exploração mineral tem um futuro certo na Amazônia. Ela deve ser enquadrada por leis rigorosas de proteção ambiental, mas podemos ter certeza que prosseguirá. Porém, estas atividades não só estão na origem de novos núcleos populacionais, como também de vias de penetração que favorecem a imigração espontânea (caso do Projeto Carajás, por exemplo). Isso coloca um sério problema de controle.

Vale a pena concentrar-se um pouco mais nas atividades que, por ocupar o maior espaço, são potencialmente mais destruidoras do meio-ambiente, isto é, as atividades agropecuárias.

As áreas de ocupação por pequenos camponeses (projetos públicos, particulares, ou áreas de posseiros) são suscetíveis de seguir padrões de evolução muito diferenciados em função da sua distância dos mercados, qualidade da

terra e das vias de comunicação, disponibilidade de energia e organização própria (entre outros fatores); porém é possível encontrar, em cada área, padrões bem conhecidos do tipo centro/periferia. Existe, de fato, um gradiente de valorização da terra negativo à medida que se afasta dos núcleos e das estradas transitáveis o ano todo (este padrão geral é também influenciado pela qualidade das terras em questão). Esse mecanismo permite ao mesmo tempo a substituição dos proprietários das áreas centrais por pessoas mais capitalizadas, e a expansão contínua das áreas periféricas, ocupadas por simples posse (ou mediante um preço baixo se o lote já está ocupado). O mesmo é responsável tanto pela expansão horizontal das áreas de colonização, como pela mobilidade espacial observada entre as diferentes áreas (das mais antigas às mais recentes). Assim, em certos lugares (na região do Iriri, na Transamazônica, por exemplo), colonos já ocuparam, através de picadas, áreas situadas a 100 km da estrada. A formação de núcleos urbanos, a interiorização de um mínimo de serviços e o melhoramento do transporte têm por consequência a reprodução do mesmo fenômeno numa escala maior. Seria, portanto, imperativo poder melhorar as infra-estruturas sem provocar esse efeito perverso.

Os migrantes para a Amazônia não estão a procura da simples sobrevivência; estão a procura de um caminho de crescimento sócio-econômico e de autonomia. Portanto, a única solução para eles é entrar num processo de acumulação. Mas, tendo em vista a falta de capital e de mão-de-obra familiar, as dificuldades de transporte e os baixos preços dos produtos vendidos no local, muitos recorrem à venda de terra (para comprar mais longe uma terra menos valorizada) e a criação de gado para iniciar uma capitalização. O gado permite uma maior independência em relação aos atravessadores (que emprestam dinheiro a taxas extorsivas) à época de colheita, a necessidade de pagar mão-de-obra extra (etc.) e constitui um capital que se multiplica biologicamente com pouco investimento. Daí seu sucesso nas áreas camponesas. O problema é saber se parte desse capital poderá ser reorientado para a compra de equipamentos em vista de uma agricultura mais produtiva.

Vale mencionar também a relação ainda pouco conhecida entre a agricultura e o garimpo. Sabemos que o garimpo representa, para muitos camponeses, uma oportunidade de formar um pequeno capital ou conseguir o dinheiro que faz falta em certas épocas do ano. Por outro lado, existe também da parte dos garimpeiros um interesse em se fixar para garantir sua sobrevivência (e sobretudo a da família) enquanto estão tentando a sorte, ou, em caso de fracasso, poder deixar uma herança para os filhos. Porém, não se sabe

exatamente a amplitude do fenômeno, nem seus mecanismos. Vários autores já notaram uma súbita pressão fundiária nas áreas de garimpo quando ocorre uma queda prolongada dos preços do ouro. Portanto, é bem provável que as levas de garimpeiros contribuam para o povoamento mais ou menos definitivo das áreas longínquas. Nesse caso, não poderia ser considerado o garimpo como uma forma temporária de ocupação do espaço.

4 - O CONFLITO NA FRONTEIRA DO ARAGUAIA - TOCANTINS

A fronteira pioneira é o lugar da sociedade nacional onde os confrontos do homem com a natureza e dos homens entre si se explicitam mais visível e cruamente. No contexto da fronteira do Araguaia-Tocantins, em especial, as agruras dos camponeses vinculam-se tanto a relações sociais, à dificuldade de se ter acesso a meios de PRODUÇÃO, como à sua dura luta contra a natureza, mediante formas de trabalho primitivas. Esta região, mundialmente famosa pelo número impressionante de chacinas de trabalhadores rurais, assassinatos políticos e outras formas de violência, põe a nu a essência da sociedade brasileira. São muito visíveis as relações entre a apropriação do espaço e o poder político, as interações entre o Estado e os interesses privados, o papel da burocracia e da lei na exclusão dos trabalhadores e no privilegiamento de grupos empresariais extra-regionais e internacionais. Aliás, muitos destes grupos têm nos empreendimentos pecuaristas espécies de álibis para a apropriação de enormes extensões de terras. O investimento especulativo em terras desta fronteira é um excelente negócio: a valorização destas terras é maior do que a de outros investimentos não-produtivos e supera com folga o ritmo inflacionário no Brasil (Graziano 1979). Portanto, boa parte das terras são adquiridas como reserva de valor. Tal especulação leva à concentração fundiária e é, pois, uma das causas da crônica situação de conflito nesta fronteira.

Voltando aos princípios, as terras da região eram dos índios - entre outros, Kayapó e Karajá, situados a oeste do Araguaia até o Xingu; Gavião, mais ao norte, à margem direita do Tocantins, e, à margem esquerda, Surui e Parakanã -, até chegarem os criadores de gado, os coletores de castanha, as missões religiosas e o SPI, estabelecendo fazendas, realizando expedições punitivas, promovendo os "descimentos" para a formação de aldeias catequéticas, pacificando, removendo e desintegrando as tribos. Rapidamente verificaram-se drásticas reduções populacionais. Os conflitos são, portanto, uma tônica na região desde muito tempo.

Modernamente, desde fins do decênio de cinqüenta, as estradas têm sido o principal agente de mudança regional. Ou melhor, as estradas abriram a região para a penetração de agentes de transformação, os quais têm imprimido um caráter violento à região. A abertura da BR 010 (Belém-Brasília) e, ligando este eixo rodoviário a Marabá e a Conceição do Araguaia, a abertura de outras estradas, marcou a era de integração de espaços considerados vazios aos mercados nacional e internacional. Pretendia-se valorizar a região através da exploração dos seus recursos naturais. Nos anos setenta, a abertura de novas estradas, entre as quais a Transamazônica e a PA-150, que corta longitudinalmente todo o Pará, partindo de Belém, passando por Marabá e alcançando o sul do Pará, confirmou o papel decisivo desta estrutura à mudança regional. Além das estradas, houve todo um conjunto de medidas governamentais, de características estratégicas, normativas e infra-estruturantes, as quais visaram basicamente integrar social e economicamente esta parte da Amazônia. Desde então, a região sul do Pará passou a experimentar transformações profundas.

Com a política dos governos militares, a integração significou a conquista de uma área tida como vazia - "Viu-se em toda parte da Amazônia, o vazio, só vazio (...); uma imensidão escandalosamente devoluta, ansiosa de ser ocupada, a espera de quem a cobrisse". (Hebette et al. 1983:22). Pretendia-se a criação de espaço ao escoamento de excedentes populacionais do Nordeste e a abertura de oportunidades ao investimento de capital.

O regime militar impunha ao país uma política de pretensiosos objetivos econômicos, e, para incluir o "vazio" amazônico neste afã, concebeu-se todo um aparato jurídico-institucional. Havia a perspectiva econômica de transformar a região em grande produtora e exportadora de carne bovina e a nova política de desenvolvimento regional passou a contar com o instrumento dos incentivos fiscais.

Criou-se o Programa de Integração Nacional - PIN (Decreto-lei 1.106 de 16/06/1970), objetivando desenvolver obras nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE. "As finalidades específicas (do PIN) são de financiar o plano de infra-estrutura nas áreas consideradas e promover a sua mais rápida integração à economia nacional", (NAEA/FIPAM 1974:47). Entre as obras projetadas, o Decreto-lei que criou o PIN designou a construção da rodovia Transamazônica, destinando cem quilômetros de suas margens para a colonização. Com o objetivo de levar a efeito os projetos de colonização, outro decreto (1.110 de 09/06/1970) extingue o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA e cria o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que absorve as atribuições daqueles órgãos.

As regiões sul e sudeste do Pará, entre outras “franjas” da Amazônia, passaram a ser consideradas áreas prioritárias para fins de reforma agrária. Sob efeito de indução governamental, seja através de propaganda e oferta de condições aparentemente atraentes de trabalho a populações rurais de outras partes do país, seja pela própria existência da Transamazônica, intensificou-se para a área de Marabá a imigração de grandes massas populacionais, provenientes principalmente do Nordeste, mormente do Maranhão. Para a área de Conceição do Araguaia, a imigração é intensa e mais variada quanto às origens, com os imigrantes, provenientes de Goiás, Minas Gerais, Paraná e também do Nordeste, atingindo o sul do Pará através da rodovia Belém-Brasília.

A partir daí, a região experimenta intenso crescimento demográfico. Considere-se os números deste fenômeno demográfico: A então denominada, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE, “Zona do Itacaiúnas” (municípios de Itupiranga e Marabá) tinha, em 1960, uma população total na casa de 24.400 habitantes. Esta zona, depois designada “microrregião homogênea de Marabá” (incluindo então os municípios de Marabá, Itupiranga, S. João do Araguaia, Jacundá e Tucuruí), embora houvesse experimentado crescimento demográfico importante no período 1960-70 (57.300 habitantes em 1970 - crescimento de 135%), sofre, a partir da ação governamental dos anos setenta, incremento populacional extraordinário. Em 1980, a população da microrregião atinge a cifra de 187.300 habitantes, crescendo dramáticos 227 por cento em dez anos. Atualmente, em 1989, a FIBGE estima sua população em cerca de 443.000 habitantes; ou seja, de 1980 para cá o crescimento demográfico arrefeceu-se e voltou ao ritmo dos anos sessenta.

Por sua vez, a então denominada “Zona do Planalto” (município de Conceição do Araguaia) cresce populacionalmente 237% no decênio dos sessenta, passando sua população total de 11.300 habitantes para 38.000 habitantes, evidenciando o grande impacto da rodovia Belém-Brasília para a área. No decênio de setenta, o incremento continua alto, mas a uma taxa decrescente, relativamente ao período anterior (população de 111.300 habitantes em 1980 - crescimento de 193%), continuando a queda da taxa de incremento populacional nos anos oitenta, quando, segundo estimativa da FIBGE para 1989, a população total da microrregião (município de Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia e Xinguara) alcança cerca de 236.400 habitantes.

Outros motivos à chegada de enormes levas de gente foram os investimentos federais na infra-estrutura para a exploração dos recursos minerais de Carajás. O governo demandou mão-de-obra para a construção da Estrada de Ferro Carajás-Itaqui, da Hidroelétrica de Tucuruí e da rodovia PA-150. Para se ter uma idéia do que estes grandes projetos significaram em termos de afluxo de gente, somente a construção da Hidroelétrica de Tucuruí empregava 80.000 operários no auge da obra. A emergência do garimpo de Serra Pelada, em 1981, também exerceu forte atração sobre agricultores inviabilizados e outros desempregados de todo o país. Dezenas de milhares de pessoas, direta ou indiretamente, vieram atraídas pelo garimpo e pela riqueza que isto gerava. Com a diminuição do potencial extrativo de Serra Pelada e a conclusão daqueles grandes projetos, diminuí em muito as alternativas de emprego desta população migrada. A agricultura era uma das poucas alternativas existentes.

Mas veja o que ocorria na região. Depois de um momento inicial, até meados dos anos Setenta, em que a chamada colonização dirigida para as margens da Transamazônica foi incrementada pelo governo, este cada vez mais foi largando o processo à sua própria sorte, praticamente desativando o pretensioso modelo de colonização concebido para a área. Efetivamente, o governo não fez muito para assentar de forma viável os grandes contingentes de migrantes; entretanto, a retórica oficial era realmente carregada de pretensão e pompa: "De um lado, Projeto Integrado de Colonização; de outro, Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis, levando a cidade ao campo, e fazendo eclodir civilizações rurais em lugares nunca dantes habitados, numa translação da secular afirmativa camoniana". (Brasil. Ministério da Agricultura. 1973:3).

Por outro lado, a política de incentivos fiscais e creditícios encaminhou para a região uma grande quantidade de projetos, ligados a empresas industriais e financeiras do Centro-Sul do país, requerentes de terras, formalmente visando ao empreendimento agropecuário. Em que pese muitos projetos não terem sido bem sucedidos e nem mesmo implantados de fato, a facilitação governamental à aquisição de terras por parte de grupos econômicos resultou na privatização de enormes áreas, acentuando sobremaneira a latifundização da região. A estrutura da propriedade fundiária tomou, de fato, nova configuração a partir de 1970, quando as grandes propriedades, com mais de 10.000 hectares, passaram a significar uma proporção muito mais expressiva no conjunto das terras recenseadas.

Portanto, em síntese, isso foi o que ocorreu na região. As estradas, no bojo da expansão capitalista no Brasil, como estrutura necessária à reprodução

de capitais, e a prodigalidade governamental na concessão de benefícios à agropecuária, que a transformou em suporte pretextual para o capital especulativo, entre outros fatores, transformaram o ritmo moroso da região num movimentado chegar de gente: uns, compondo uma grande massa de desvalidos que vinham em busca de terras livres e outras oportunidades de sobrevivência, e outros que vinham em busca de lucros e de enriquecimento. É interessante notar que houve na região, a partir destes fatores, uma rearticulação conflituosa entre a agricultura e a pecuária, que eram componentes tradicionais da região, e até se complementavam. (Ianni, 1979a). A simultaneidade do afluo de grandes levas de migrantes visando a agricultura com a privatização de grandes extensões de terras por pessoas e grupos empresariais nacionais e estrangeiros desde logo mostrou-se desarmônica. A sobreposição destas duas formas exacerbadas de ocupação territorial produziu uma situação social conflitiva.

Enquanto a fronteira agrícola estava aberta e existiam muitas terras devolutas, os lavradores praticavam sua tradicional agricultura itinerante sem outros problemas que não a luta contra a natureza, deixando para trás as capoeiras e abrindo caminho para as pastagens. Como atestam alguns autores, enquanto as frentes agrícola e pecuarista ameaçavam lenta e espontaneamente na região, elas até mantinham certa relação de complementaridade. Os estabelecimentos pastoris mantinham suas lavouras de subsistência e... “Aos poucos, muitos agricultores vão plantando pasto junto com o arroz, para não virar simples capoeira. Como não têm em geral recursos para comprar gado e criá-lo, colhido o arroz tendem a vender ou pelo menos alugar o pasto. Nesse último caso, se bem sucedidos poderão através da *partilha* adquirir umas poucas reses, incluindo-se na camada inferior dos camponeses remediados” (Velho 1980: 116-117).

Contudo, à medida em que o arame farpado foi fechando a fronteira e as terras sem dono foram ficando mais escassas, os conflitos em torno da terra começaram a pipocar em toda a região. Assim diz Velho: “Em breve se atrairá uma outra corrente migratória, esta sim posterior à estrada (Belém-Brasília), de pecuaristas goianos, baianos etc. Com eles aparecerão, numa nova forma, alguns dos problemas de terras que a frente já conhecera em outras áreas” (ibid.: 119).

A tendência ao fechamento desta fronteira amazônica significa que as célebres terras livres do ideal camponês não existem mais ou pelo menos elas se escassearam bastante, embora isto não signifique que estas terras estejam

efetivamente ocupadas. Em geral, a terra se transformou em mercadoria, mas não em meio de produção. Graziano da Silva discerne bem isso: “a terra perde o seu papel produtivo e assume apenas o de reserva de valor e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas. Não é a ocupação efetiva do solo no sentido de fazê-lo produzir, mas sim uma ocupação pela pecuária com a finalidade precípua de garantir a propriedade privada da terra” (Graziano da Silva 1979:32).

A fronteira fechando-se, ao passo que as terras vão sendo tituladas, deixa de ser “válvula de escape” das contradições do processo econômico-social brasileiro para ser área de conflitos. Segundo Graziano da Silva, um dos indicadores do fechamento da fronteira “seria a regularização da propriedade da terra...o número de títulos autorizados pelo INCRA na Amazônia cresce rapidamente a partir de 1974 ... É preciso esclarecer que essa titulação quase nunca beneficia os pequenos camponeses, em função da burocracia exigida, da corrupção e morosidade do judiciário local e do total desconhecimento do caboclo amazonense desse novo procedimento criado pela penetração do capitalismo na região” (ibid: 34).

O conflito explica-se, portanto, fundamentalmente pelo choque entre formas diferentes de apropriação do espaço, e não tanto pela chegada de empreendimentos capitalistas produtivos. Considerando esta problemática, Sawyer (1986:60) adota “frentes camponeses” e “frentes especulativas” para designar as duas formas de apropriação daquele espaço amazônico. Considera que a implantação do projeto agropecuário representava apenas um argumento para o empresário valer-se de uma série de convites ao investimento especulativo (valorização do espaço através de sua infra-estruturação, isenção do recolhimento de 50% do imposto de renda devido, empréstimos a juros subsidiados). A valorização certa da terra e as facilidades para a sua aquisição faziam-na funcionar como reserva de valor ou meio de criação especulativa de valor, e não como fator de produção. Ademais, o próprio gado serviria ao interesse especulativo. Sawyer reforça esta interpretação, dizendo que “o que se deseja, ao chamar essas frentes de “especulativas”, é chamar a atenção para o fato de que nelas, via de regra, a terra não se torna objeto de trabalho”(...)“a penetração do capital na Amazônia”... “não foi capitalista no sentido de transformar a produção, introduzindo trabalho assalariado e progresso técnico. As frentes especulativas são capitalistas em suas origens, no âmbito nacional, mas não a nível da produção dentro da região”.

Graziano da Silva (1979) corrobora esta acepção de Sawyer, considerando que, em 1976, 65% das terras cadastradas na região Norte eram inexploradas - “as terras da Amazônia não foram apropriadas como um meio de produção, mas fundamentalmente como reserva de valor e meio de acesso a outras formas de riqueza, em especial os benefícios fiscais, e as riquezas naturais associadas a essa terra (madeiras, minérios, essências, etc.)” (ibid: 35). Este autor constata também que “as taxas anuais de valorização das terras de matas na Amazônia são, em geral, muito superiores aos índices de correção monetária” e que “a venda de parte dessas terras permitirá a esses empresários obter lucros fantásticos, dado que as melhores terras da Amazônia (que foram certamente as primeiras a serem apropriadas), chegaram a ter valorizações da ordem de cem por cento ao ano em relação ao preço que foi gasto na época de sua aquisição inicial” (ibid: 36).

Portanto, vale insistir neste ponto: o choque entre a chamada “agricultura de facão e queimada” (Forman 1979) e o latifúndio, na maior parte improdutivo, embora de proprietários capitalistas, significa sem dúvida um encontro traumático, mas não significa a chegada da modernização racionalizadora, como gostavam de pregar os arautos da ocupação e da integração pela pata do boi. “A penetração capitalista na Amazônia, claramente, não faz nada para imprimir uma modernização geral às relações de trabalho” (Foweraker 1982: 235). Assim, podemos concluir que a privatização de grandes áreas na região não teve de regra o objetivo de se utilizar a terra como meio de produção: foi um processo artificial, essencialmente especulativo, induzido pelo Estado, que de outra maneira, por efetivo interesse produtivo de pecuaristas, jamais teria ocorrido na velocidade e na proporção verificadas.

Entretanto, se a pecuária não trouxe modernização e produtividade, não quer dizer que a região não caminhe para abrigar, ainda pela mão do Estado, atividades e relações de produção de caráter tipicamente capitalista, muito embora a atividade industrial que agora se inicia não possa ser tomada como modernizante. Somando-se à disponibilidade de lenha e de mão-de-obra e às infra-estruturas produtivas proporcionadas pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e pelas Centrais Elétricas do Norte do País - ELETRONORTE, o governo induzia, nos últimos anos do decênio de oitenta, ainda através do oferecimento de vantagens fiscais e financeiras, a instalação de indústrias produtoras de ferro—gusa e ferro-ligas. Através do Projeto Grande Carajás, os incentivos governamentais vinham sendo direcionados para “viabilizar a concretização de um novo pólo industrial no país”. Trata-se de treinar os

recursos humanos residentes, no sentido de viabilizar sua incorporação efetiva no ciclo econômico que se descortina” (Programa Grande Carajás 1987).

Pela forma como o governo pretende forçar uma nova atividade na região, percebe-se que o tempo não trouxe mudanças muito substanciais quanto as práticas governamentais, não obstante a vigência da “Nova República. Para aquele projeto siderúrgico, o governo pretendia atribuir uma nova lógica à pequena produção agrícola: “Considerando o grande potencial de geração de trabalho no meio rural, decorrente das atividades de produção de carvão vegetal - estima-se em cerca de 17 mil empregos para cada milhão de toneladas de produtos siderúrgicos - a Secretaria Executiva vem investindo no treinamento de pequenos produtores agrícolas que, na entressafra, no período seco, poderão obter capital de giro para suas atividades principais, através da produção de carvão em pequenos fornos de alvenaria” (ibid.). Mas certamente os planejadores não procuraram saber se os agricultores queriam isso de fato ou se preferiam uma melhor atenção para a própria agricultura.

O Projeto Grande Carajás, nesse caso, pretendia recriar a pequena produção de forma a especializá-la na produção do carvão requerido pela empresa siderúrgica, mantendo-a ainda como reserva de mão-de-obra (conf. Becker 1982: 180). Na verdade, o discurso abstrai a qualidade desses empregos oferecidos ao meio rural, bem como omite o poderio de devastação do ambiente natural que possuem estes projetos, crescentemente demandantes de carvão vegetal - as guseiras deslocam-se ou planejam-se deslocar-se para o Sul do Pará justamente por terem esgotado as reservas de cerrado próximas às regiões produtoras de Minas Gerais, o que as obriga a ir buscar o carvão longe, na Bahia e em Goiás, acarretando grandes despesas de transporte. O fato é que o governo e os guseiros põem o carvão vegetal como a prioridade, o centro do problema, enquanto os lavradores gostariam de um mínimo de atenção para agricultura (Peixoto 1987).

Aliás, os agricultores devem estar mesmo atentos. No que se refere aos impactos da siderurgia de gusa sobre o setor agrícola, conforme o exemplo mineiro, ocorreu a diminuição das áreas de lavoura e florestas naturais, o aumento de pastagens e reflorestamentos de eucalipto, a redução na área cultivada e na quantidade produzida de milho, arroz, feijão e café, a formação de grandes propriedades, a diminuição das oportunidades de emprego na agricultura e a emigração do campo para a cidade.

Para concluir, podemos dizer que a atual “frente sidero-metalúrgica” vem confirmar uma constante de todo o processo de ocupação econômica desta

área de fronteira, desde quando o Estado passou a assumir seu gerenciamento: a agricultura camponesa sempre foi posta a desempenhar um papel de atividade marginal, subsidiária de outras, depositária de força de trabalho para atividades mais centrais na lógica capitalista. Posto que os camponeses não se conformam com este papel, remam contra a maré e enfrentam forças sociais muito mais poderosas. Uma vez que este segmento social marginalizado pelo Estado tem recebido adesões importantes à sua luta, vindas da parte de instituições e de setores da sociedade que advogam a cidadania para todos os brasileiros, e não apenas para restritas elites, o conflito se estabelece, cresce e se generaliza, marcando a fronteira do Araguaia-Tocantins como uma área mundialmente conhecida por sua violência.

5 - POPULAÇÕES CABOCLAS: ASPECTOS GERAIS

O termo caboclo incorpora, obviamente, um aspecto étnico na medida em que revela um processo de miscigenação havido entre as populações nativas e os contingentes colonizadores que reocuparam a Amazônia, efetivamente, a partir de 1616, o qual foi assumindo complexidade em caldeamento, ao longo do tempo, de costumes, hábitos, modos de ser, pensar, sentir e agir, traduzindo-se num modo cultural específico e singular no Brasil, que poderíamos dizer a *caboclitude* do homem amazônico.

Os segmentos caboclos ocupam distintos territórios cuja influência ambiental reflete-se nos seus respectivos gêneros de vida, possibilitando diferentes formas de exploração dos recursos naturais. Reflete-se ainda na organização do trabalho, nas técnicas e métodos de obtenção dos recursos necessários às condições de vida material e social, e nas formas de comercialização com o mercado, assim como promovem o intercâmbio entre comunidades que por assim dizer se “especializam” na exploração de determinados recursos que a natureza lhes oferece (Furtado 1987:21).

Estas categorias sócio-ocupacionais, portanto, não são uniformes no espaço amazônico, mas têm peculiaridades associadas à natureza dos bens mobilizáveis, ao ecossistema envolvente e às influências históricas e culturais que permeiam todo o seu processo de ocupação humana na Amazônia.

Se considerarmos a Amazônia uma vasta região heterogênea em termos de sua condição hidrográfica, orográfica, botânica e de sua distribuição de recursos naturais, o modo de vida dos segmentos sociais nela existentes,

particularmente os CABOCLOS, são resultantes, em grande parte, de adaptações aos seus respectivos ambientes. O revestimento vegetal, os solos de várzea e de terra firme, os rios, lagos, igarapés e paranás, as áreas costeiras onde afluem praias arenosas, o clima, enfim, tem demonstrado forte influência no ritmo de vida e na natureza da atividade humana nessa região. Galvão (1955:2) utilizou o termo caboclo para designar genericamente o habitante rural. Entendemos, porém, que caboclo é aquele contingente de pequenos produtores engajado em atividades primárias, manejando o meio ambiente (a floresta, os rios, lagos, o mar, as várzeas, a terra firme) para obtenção de recursos para sua subsistência e comercialização com uma tecnologia simples de caráter artesanal e que incorpora o legado dos povos indígenas que povoaram o seu habitat; mantém dependência, em graus variados, do mercado que envolve suas áreas de moradia e trabalho. Este é representado por grupos de seringueiros, pescadores, coletores, extratores, garimpeiros, castanheiros, criadores, artesãos. Aquele que mantém uma relação direta com o meio ambiente, sua cultura tem sido descrita como "o mais importante sistema adaptativo" da Região Amazônica (Moran 1971:36 *apud* Parker 1989:250) e que tem sido visto como os principais representantes culturais da região desde o início do século XIX (Ross 1978 *apud* Parker 1989:250).

Esse conjunto de fatores proporcionou ao habitante da Amazônia, aqui e ali, atividades diversas: o extrativismo e a coleta de produtos naturais silvestres nas áreas de floresta; a pesca nos domínios pesqueiros (costeiro, fluvial e lacustre); a agricultura de várzea e de terra firme, o criatório de animais. É nesse quadro que aparecem as coletividades ou comunidades humanas, relativamente diferenciadas. Esses grupos de caboclos, ocupando a terra e incorporando seus recursos ao seu esquema de vida sócio-cultural, criaram uma economia altamente vinculada e dependente do meio natural e imediato que lhes dão sustentação e necessário, portanto, à continuidade de sua reprodução social.

Não obstante a essa consciência de diversificação adaptativa, é preciso notar que, para tomada de decisões para ações futuras coerentes, justas e aplicáveis, esses grupos sociais, aqui apontados como caboclos, guardam, por exemplo, traços da cultura originária fundamentadas na contribuição do indígena e do colono português. Dos primeiros, guardam, entre outras, as técnicas imemorialmente empregadas no manejo da natureza, marcadas pelo traço preservador e renovador que caracterizava seus ancestrais. Dos segundos, certas técnicas e métodos de trabalho que refletem as formas de intercâmbio

antigas com o nativo, no início da colonização. Culturalmente está aqui e allures o mesmo caboclo que se adaptou aos diversos ambientes amazônicos, interligados entre si, criando em cada micro-mundo condições particulares de existência social e material e que, em virtude do maior ou menor contato com processos de difusão da vida moderna, tende a modificar seus padrões existenciais (Furtado 1988).

Nas margens dos rios, lagos e igarapés, as coletividades ou concentrações humanas tendem para a distribuição de moradias esparsas, enquanto as da terra firme e das áreas praieiras para a distribuição concentrada em torno de um núcleo, a partir do qual vai ocorrendo o adensamento. Não obstante, encontram-se inúmeros povoados à margem das rodovias que, à semelhança dos aglomerados ribeirinhos, vão se desenvolvendo linearmente no sentido da rodovia. Constata-se na Amazônia o intercâmbio intensivo entre comunidades caboclas que não pertencem à mesma jurisdição político-administrativa, mas sua interação é tão grande que os habitantes sentem-se, muitas vezes, mais ligados a uma outra jurisdição político-administrativa do que propriamente à sua.

Em outras palavras, nesses quadros populacionais, nem sempre as ações humanas, a dinamicidade da vida social e econômica de seus habitantes se encerram dentro dos estreitos limites da comunidade mas da dinâmica da vida de outras comunidades vizinhas com as quais interagem, intercambiam produção, trabalho, lazer, parentesco, religiosidade etc. Esse fato é preciso ficar claro em situações de planejamento, tomadas de decisão política ou de qualquer outra ordem, para que se evitem choques, antagonismos entre as *comunidades*, entre as relações sociais que as permeiam em seu intercâmbio, mas beneficiá-las no âmbito de suas aspirações e necessidades mesmas.

Tem-se pensado muito no desenvolvimento da Amazônia. Vários programas nesse sentido foram criados nas últimas décadas (Polamazônia, Provárzea, Propesca, Coopernorte, Programas de extensão rural, Projetos agro-florestais, pecuários, mínero-metalúrgicos e de saúde, apenas para citar alguns), porém, os benefícios para a população cabocla da região certamente foram poucos. Reuniões científicas, encontros de representações de classe, pronunciamentos da imprensa, relatos de pequenos produtores, têm revelado e denunciado situações de deterioração da qualidade de vida das populações rurais em função dos efeitos deletérios de "Grandes Projetos Desenvolvementistas" na Amazônia. Entendemos que desenvolvimento é preciso,

mas, necessário se faz equilibrar suas forças com as da conservação da natureza.

Como foi dito anteriormente, a diversidade ecológica da Amazônia supõe gêneros de vida peculiares que devem ser observados quando se tratar de aplicação de ações, programas, políticas, etc. Nesse sentido nem sempre o que se pensa ser geral para a região pode ser adequado às suas especificidades regionais e até sub-regionais. Embora presentes traços gerais, necessário é reconhecer o particular dentro do geral, pois são particularidades de tal relevância que não podem ser desprezadas

Tomemos como parâmetro para ilustrar essa diversidade e os efeitos da expansão de grandes projetos apenas duas áreas amazônicas - o médio Amazonas Paraense e o litoral da Zona do Salgado - que revelam modos relativamente distintos, do ponto de vista da adaptação, resultantes: a) de seus respectivos processos de ocupação humana; b) de sua envolvimento com o mundo exterior; c) da organização produtiva de seus habitantes e do uso de tempo no seu processo produtivo. Seus habitantes apresentam uma cosmovisão em que se acham presentes aspectos do meio-ambiente, com uma elaboração própria da cultura cabocla. Nesse sentido o ambiente carece de cuidados, a fim de que se contenha a marcha descaracterizadora, que avilta, nos dias de hoje, o plano material e sócio-cultural de seus habitantes.

Nessas duas áreas encontramos o *caboclo* mobilizando recursos primários das (1) várzeas dos rios, lagos, igarapés, paranás e furos; genericamente é o *varzeiro* ou *varjeiro* (na linguagem regional) que aí está; (2) das terras firmes à beira das estradas ou de rios interiores através do *centreiro* ou *colonheiro*; e (3) das áreas costeiras ou praias representadas pelos *pescadores*.

No Médio Amazonas Paraense, que inclui atualmente os municípios de Faro, Oriximiná, Juruti, Óbidos, Alenquer, Santarém e Monte Alegre, *varzeiros* e *centreiros* são afetados por problemas que resultam basicamente de várias origens: da expansão do extrativismo madeireiro; e da coleta de produtos silvestres (ervas medicinais e sementes oleaginosas para comercialização/industrialização); da mineração relacionada às jazidas de bauxita do rio Trombetas e de ouro dos garimpos do alto Tapajós; da agropecuária, que avança nas áreas de várzea e terras firmes da região. Por ordem apontamos alguns aspectos dessa expansão:

1) devastação de áreas de florestas para extração de madeira, cujo produto destina-se ao exterior e à indústria dos grandes centros urbanos de Belém e

Manaus, que vem sendo processada sem o racional replantio para a continuidade das espécies. As áreas de florestas do rio Mamiá, por exemplo, no município de Óbidos, têm sido área de concentração dessa exploração. O fluxo e refluxo de caminhões madeireiros entre essa área e a sede do município são indicadores desse processo constatado na vida diária dos moradores da região. Fato semelhante ocorre em outras regiões do Estado do Pará, cuja atividade acelerada e conflitos resultantes têm gerado intranquilidade na população, com a preocupação de cientistas que, em seus trabalhos acadêmicos, têm descrito, denunciado e analisado o problema.

Alerta-se para o perigo dessa devastação, sobretudo à medida em que a mesma chegue a atingir as cercanias dos cursos d'água habitados por colônias de peixes de valor ecológico e comercial necessário à vida das populações. Tem sido constatado por cientistas a relação íntima entre a floresta e a fauna aquática a qual, para se reproduzir, necessita crucialmente dos recursos oferecidos pela floresta;

2) a mineração resultante da exploração das jazidas de bauxita e ouro da região têm causado sérios impactos, sobretudo aos recursos hídricos e, conseqüentemente, ao homem regional que os mobiliza. Também não são desconhecidos a poluição e o assoreamento de rios pelos rejeitos desse processo.

Os caboclos da região, não só do Médio Amazonas Paraense como de outras áreas, vêm abandonando suas atividades de pesca, coleta, extrativismo e policultura dos roçados para se abrigarem numa atividade que imaginam ascender econômica e socialmente. A busca aos garimpos é uma tentativa disto e, ao mesmo tempo, expressa a intensificação do processo de migração, vigente na área do Médio rio Amazonas, e a atrofia do nível de qualidade de vida da população vivido no passado, isto é, em épocas que antecederam a expansão da atividade minerária na Amazônia³;

3) a expansão agropecuária, ainda que em moldes não empresariais, vem atingindo áreas de moradia de caboclo posseiro na várzea do rio Amazonas e dos lagos desse sistema hídrico. A apropriação dessas áreas ocupadas por varzeiros, pelo sistema de posse, vem sendo feita por fazendeiros regionais que

³ Para uma compreensão mais precisa e mais aprofundada dessa questão, recomenda-se a leitura de trabalhos produzidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Instituto Econômico e Social do Pará - IDESP, que vêm pesquisando, localizando e analisando áreas de concentração minerária na região e indicando os resultados dessa atividade.

adquirem do caboclo suas porções de terra que marginam o rio Amazonas e/ou lagos para implantar fazendas de gado vacum. Nessas áreas tem-se constatado conflitos velados e/ou explícitos entre fazendeiros e posseiros. Estes, atraídos pelas ofertas (irrisórias), passam a vender suas terras e vão para outros lugares, em geral para as sedes municipais onde vão morar invariavelmente nas áreas periféricas e mais desvalorizadas.

Em temporadas de pesca, grupos de caboclos dessa região afluem para pescar nos lagos próximos aos lugares de onde migraram. Porém, quando isso acontece, defrontam-se com proibições de penetrarem nas águas lacustres para suas atividades. Essa repressão por parte dos *capatazes* tem provocado constantes conflitos entre caboclos e fazendeiros, velados ou manifestos (ameaças de apreensão de seus utensílios de pesca ou outras formas de agressão mais violentas), (Furtado 1988:727-731).

Comparando-se estes conflitos com os que se sucedem nos grupos de base eminentemente agrícola, nota-se que há uma analogia entre os dois à medida em que os conflitos pela ocupação da terra são semelhantes aos que ocorrem com a apropriação do meio aquático. A diferença está apenas na forma, porque o conteúdo é o mesmo: a luta competitiva pela apropriação dos recursos primários. Abstraindo-se terra e/ou meio aquático no sentido teórico, os dois reduzem-se a recursos primários mobilizáveis, e a analogia torna-se pertinente. Concretamente, ao instalar-se nas áreas de várzea, fazendeiros reivindicam não só o espaço terrestre de sua propriedade, mas também os cursos d'água que a contornam: igarapés e certos limites aquáticos fronteiriços nos quais os caboclos ribeirinhos exercem tradicionalmente suas atividades de pescaria. A repressão provoca o conflito entre as duas categorias.

Há, também, os conflitos entre barcos geleiros, a procura de peixes para comercialização fora da área de captura, e moradores das comunidades flúvio-lacustres, em razão da apropriação dos recursos aquáticos existentes. Constatamos na Região do Médio Amazonas, áreas de conflitos sobretudo nas dos grandes lagos de Monte Alegre, Grande de Vila Franca, Jauaru, Salé e outros menores, de natureza permanente, e de sustentação de populações. Nestas áreas concentram-se barcos fluviais que vêm a procura de peixe para comercialização fora das áreas da captura. Hartmann (1989:2-3) recentemente apontou a origem desses conflitos nos seguintes fatores: 1) da competição entre grupos de pescadores regionais para captura dos recursos pesqueiros existentes; 2) da competição entre pescadores e membros de outros setores econômicos, para aproveitamento das margens dos rios e lagos e das áreas de várzea, e 3) da poluição e outras transformações químicas e físicas dos recursos hídricos.

Na região da orla marítima, particularmente na Zona do Salgado, a população de caboclos faz dos recursos marinhos seu meio principal de vida material com uma organização social peculiar que difere um pouco do médio Amazonas, em termos de instrumentos de trabalho, embarcações, uso do tempo da faina pesqueira, organização das equipes de produção que, por seu turno, associam-se às especificidades do meio-ambiente e às compulsões de ordem histórica, econômica e cultural.

A coleta de moluscos e crustáceos, a pesca e o extrativismo praticados, particularmente este último, nas áreas de bosques de *mangue*, têm uma significativa expressão na vida econômica das populações costeiras e no abastecimento dos centros de pequeno, médio e grande porte circunvizinhos.

Estas atividades, nessa região do Salgado, apresentam faces de ritmo de desempenho, organização social e relacionamento do homem com o meio-ambiente, que nos permitem reconhecer a sabedoria e a criatividade do caboclo amazônico na convivência com o meio imediato. Relativamente diferenciada daquela que é feita pelo caboclo que vive nas áreas ribeirinhas e lacustres do Médio Amazonas, a apropriação objetiva dos produtos naturais que essa região costeira oferece, exige uma tecnologia própria e equipes de trabalho que diferem bastante daquela região anteriormente citada.

Enquanto no Médio Amazonas, a tecnologia é mais simples para a faina pesqueira - basicamente canoas a remo tripuladas por dois pescadores; arcos e flechas; redes malhadeiras que variam em média de 100 a 800 metros, tarrafas, arpões, zagaías, etc. - no Salgado, onde o mar é o domínio preponderante, a tecnologia exigida obviamente é mais complexa. São canoas a vela, tripuladas no mínimo por três homens, utilizando redes maiores que excedem em geral a 1000 metros e cujos custos são igualmente altos e inflacionados dia-a-dia no mercado. Nas reentrâncias da costa, nos bancos de areia ou nas *beiradas* das praias, grandes armadilhas - os *currais* com aproximadamente 20 palmos de altura - são colocados como instrumentos tradicionais de captura das espécies marinhas consumíveis e comercializáveis pela população. Nos bosques de manguezais o caboclo se embrenha à cata do caranguejo, (*Neoteredo reynei*), o mais numeroso e mais importante, mexilhão e Turu (*Martesia striata* e *Sphaeroma terebans*) (Pantoja 1989:5); para extração de lenha de mangue (*Rhizophora mangle*), de tinteira e siriúba (*Avicennia germinans*) para fabricação de carvão, tintas para conservação de seus instrumentos de pesca.

É importante ressaltar que a tecnologia empregada no processo de captura desses recursos tem se revelado eficaz e sustentável na preservação do meio ambiente, graças a parcimônia de sua utilização, não obstante a comercialização que o caboclo faz desses produtos.

Algumas características e problemas dessa região podem ser enunciados:

1. os recursos marinhos dessa região são atualmente procurados não apenas pela população local, mas, por demandas de mercado dos pequenos e médios centros consumidores circunvizinhos e da capital do Pará, acessadas por uma cadeia intermediadora.

Nessas transações os produtos ficam sempre em desvantagem em relação aos comerciantes intermediários. Como intermediários, estes exercem o papel de *aviadores* de mercadorias e instrumentos de trabalho para esses pequenos produtores (Silveira 1979; Furtado 1987) acabando por prendê-los a uma longa rede de intermediação onde o aviltamento do preço imposto pelos intermediários é flagrante. Esse fato é bastante antigo, desde os tempos em que o comércio de peixe e outros produtos da costa era feito pela rota marítima através das *geleiras*. Embora criticados pelos pequenos produtores, os intermediários representam um canal para o escoamento de seus produtos, pois a crônica falta de recursos para tal, considerando a distância em que se encontram, a ausência de infra-estrutura de conservação em frio para a espera de transporte e/ou melhores preços, a falta de transporte e de conhecimento das estratégias urbanas de comercialização até onde o seu produto chega, os impedem de fazê-lo diretamente aos mercados consumidores. Não chegaram ainda a desenvolver um sistema de cooperativismo capaz de responder às suas necessidades sócio-culturais, assim como não lograram êxito no sistema de crédito criado fora de sua realidade sócio-cultural e implantado em suas regiões;

2. A relação antagônica que vem se verificando entre pequenos produtores artesanais e os grandes produtores da pesca industrial. Ainda que reconheçamos os valores econômicos da pesca industrial, não podemos negar os efeitos deletérios de sua ação nas áreas destinadas à pesca artesanal.

Note-se que a antiga Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE criou em 1974 a Portaria 447/74 definindo os limites físicos para atuação da pesca industrial da piramutaba (*Brachysplatystoma vaillantii*), que iam além de uma linha reta imaginária cujos extremos se localizavam no Farol do Cabo Norte e na Ponta de Tijoca, no Município de Curuçá. Esses limites protegiam o criadouro do estuário amazônico e possibilitavam a livre ação dos

pescadores artesanais com sua frágil e simples tecnologia. Entretanto, não impediram os avanços constantes dos barcos do setor industrial que, inúmeras vezes, danificaram os artefatos dos pequenos pescadores. Interesses empresariais pressionaram a modificação desses limites para mais perto da costa. Relacionada ou não com esse fato, surge a Portaria 007/76 reduzindo a linha para até o Paralelo de 00° e Meridiano 48°00'W. Em contrapartida, a mobilização de pescadores conseguiu ampliar os limites de sua área de ação para 10 milhas além da costa. Tal ampliação foi legitimada pela Portaria NR-N-011 de 13 de maio de 1987. Como as anteriores continuou a não ser respeitada pelo setor industrial.

3. O avanço constante do processo de especulação imobiliária nas áreas de praia onde se concentram pescadores. Exemplos de transformação de antigos núcleos de pesca nessa região são Mosqueiro e Salinas, além de outros, como Marudá e Algodoal, que estão empreendendo a mesma trajetória. Em consequência desse avanço, verifica-se o deslocamento de pescadores de suas áreas para outros lugares, por pressões de venda de grupos imobiliários ou mesmo de pessoas desejosas de adquirirem espaço para seu lazer em tempos de *veraneio* na região (Cf. Furtado 1987, Maneschy 1989). Além disso, Prefeituras locais têm pressionado pescadores a retirarem suas armadilhas de pesca à guisa de "limpeza das praias".

O turismo nessa região tem provocado também o desaparecimento de dunas ao longo da costa. Em Marudá, até 1957, podia-se divisar inúmeras delas por entre o casario de pescadores. Botânicos têm apontado que a remoção da vegetação de cobertura dessas dunas dá origem ao seu desaparecimento.

4. Os Bosques de manguezais, segundo Pantoja Ferreira (1990:1), têm uma enorme importância alimentar e econômica para o homem. Infelizmente o aumento irracional da ocupação urbana em ambientes costeiros tem alterado os ecossistemas de mangue, afetando também a fauna que aí vive.

Seus bosques de mangue (*Rizophora mangle*) e Siriúba (*Avicennia germinans*) são responsáveis pelo equilíbrio físico-químico-biológico da região costeira. A ação antrópica indiscriminada ocasionará a quebra desse equilíbrio, podendo resultar na sua destruição (Pantoja Ferreira 1990).

Essas duas áreas, o Médio Rio Amazonas e a Zona do Salgado - uma representando o habitat de caboclos ribeirinhos e outra de caboclos costeiros -, embora localizadas no Estado do Pará, estão em face de problemas de ordem mais geral, que permeiam a vida das comunidades caboclas da Amazônia,

conseqüentemente, portanto, da vigência de modelos inadequados de desenvolvimento, de ocupação dos espaços e exploração de recursos naturais amazônicos instalados, pelo menos há duas décadas. Desde esse tempo, assiste-se à implantação de tantos projetos, dentre eles o Provárzea, o Propesca, o Projeto de Cooperativas de pesca, onde se esperava que segmentos da população cabocla das áreas onde foram implantados fossem efetivamente contemplados com, pelos menos, condições para permanência ou fixação nas suas áreas de origem.

Diante do exposto, há que se pensar em caminhos a serem percorridos se, de fato, quisermos o desenvolvimento integral da Amazônia e equacionar ou, pelos menos, minimizar seus problemas. Antes, porém, vale repensar que o desenvolvimento de uma região não se faz de fora para dentro, nem só de dentro para fora, mas a partir de um conjunto de preocupações integradas tais como: a diversidade adaptativa do contingente caboclo, as especificidades culturais de sua organização social e seu sistema econômico que está a exigir atenção, trato próprio e harmônico com essas variáveis e, mais ainda, é preciso valorizar as estratégias de subsistência, as propostas de organização política necessária à administração de seus próprios recursos; valorizar o saber do caboclo quanto ao seu micro-ambiente, e as alternativas que tem para a solução de seus problemas, estes quase sempre originados exteriormente. Com isso, não se quer dizer que problemas internos não existam e possam ser originados em seu próprio micro-mundo, mas, tem que se reconhecer que, neste final de século, pelo menos há aproximadamente duas décadas, esses problemas têm, em sua maioria, origens exógenas e vêm se agravando por quase absoluto desconhecimento da realidade social, econômica, cultural e ecológica da população cabocla numa área com a singularidade da Amazônia. Esse agravamento perpassa, ainda que não seja em forma, mas em conteúdo, todas as áreas de concentração dessa população demonstrado pela diversidade de conflitos existentes na região e relacionados a questões de natureza fundiária, minerária, hidroenergéticas, agropecuária, madeireira e agrosilvicultural.

De maneira velada existem ainda os conflitos relacionados à falta de apoio social à população em vários planos de vida - educacional, sanitário, jurídico, político - cujas respostas em termos de solução só podem e devem ser buscadas conjuntamente com a população e nunca de modo unilateral como parece ter sido até hoje.

Em contrapartida a esse estado de coisas, o que se vê hoje na Amazônia, especialmente quem convive com essa realidade, é a crescente deteriorização da qualidade de vida.

Entre os caminhos referidos anteriormente, podemos apontar:

1. Pensar um modelo de desenvolvimento capaz de ser verdadeiramente integral e não unilateral, isto é, integral na medida em que seu caráter seja o de beneficiar o homem amazônico (caboclos seringueiros, pescadores, extratores, coletores, lavradores, artesão, criadores e outras categorias congêneres, inclusive as populações indígenas);

2. Promover, apoiar, diversificar pesquisas científicas de natureza básica, com recursos suficientes para fortalecer a massa crítica já existente nos Institutos de Pesquisa;

3. Evitar que projetos e programas de ações se instalem sem um prévio estudo sobre as áreas fins;

4. Estabelecer Zoneamentos ou definição de áreas com base em pesquisa de campo, e participação efetiva da população local/regional, através de suas representações, atentando para as zonas já tradicionalmente utilizadas pelo caboclo amazônico para garantir sua sustentação. Assim teríamos: (1) Zonas de pesca lacustre; (2) Zonas de pesca fluvial/rio Amazonas; (3) Zonas de pesca fluvial/rios menores e/ou tributários; (4) Zonas de pesca costeira; (5) Zonas de pesca estuarina; (6) Zonas da coleta de castanha; (7) Zonas de coleta de produtos agro-silviculturais (óleos vegetais, sementes oleaginosas e aromáticas, ervas e plantas medicinais, resinas e fibras vegetais); (8) Zonas de caça; (9) Zonas de coleta de moluscos e crustáceos; (10) Zonas de bosques de manguezais.

Nas zonas de pesca poderiam ser criadas *Reservas Pesqueiras* nas áreas de conflitos, segundo critérios de uso e sazonalidade. Nesse sentido os *lagos de arrimo* ou de *sustentação* teriam prioridade como os grandes lagos do Médio Rio Amazonas (Vila Franca, Monte Alegre, Jauari, Paru, Salé, e tanto outros).

5. Engajamento da população cabocla (ribeirinha e costeira) através de suas representações, para considerar as formas de aproveitamento sustentáveis de recursos naturais das matas de várzea e de recursos pesqueiros que têm desenvolvido e que hoje se encontram ameaçadas;

6. Rever, rigorosamente as intervenções, tanto por parte do Estado quanto de grupos econômicos, sobre os ecossistemas amazônicos e as populações humanas que aí vivem. As conseqüências dessas intervenções, através de Projetos desenvolvimentistas, têm causado uma diminuição da produtividade de peixes e outras espécies. Com isso, a população perde uma fonte essencial de proteínas e renda. Além disso, existe a grave poluição dos rios por mercúrio

usado na garimpagem, com prejuízo para os ecossistemas e para a saúde das populações locais, principalmente as indígenas (Declaração do IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar do Brasil, 1990:1);

7. Priorizar programas de melhorias de qualidade de vida das populações caboclas em geral, observando a diversidade ecológica e os valores da cultura que se formaram na Amazônia. Tais programas poderiam contemplar: a) Reforma agrária justa e completa. Não só no plano da terra mas no das possibilidades de acesso aos instrumentos e insumos para desenvolver sua produção, a fim de retê-lo em condições ideais de trabalho; b) Sistema de crédito regionalizado, isto é, programado segundo os critérios éticos, sócio-econômico e culturais da população cabocla. Ao contrário, o sistema de crédito vigente tem suas bases constituídas dentro de uma realidade com valores éticos totalmente diferentes dos do caboclo amazônico; c) Assistência médico-sanitária e educacional adequadas à realidade dessa população; d) Assistência social previdenciária; e) Pesquisas de acompanhamento sobre o nível de qualidade de vida das populações e dimensão temporal que permita uma avaliação segura; f) Buscar soluções, junto com a Comunidade, para os problemas que mais afligem a população (enchentes, por exemplo); g) Planejar ações desenvolvimentistas de modo inarredavelmente tripartite que envolva a *Comunidade, Ciência & Tecnologia e Governo*; h) Considerar os modelos de administração de recursos naturais utilizados pela população cabocla da região, de modo a oficializá-los como instrumento de equacionamento de conflitos e minimização de tensões sociais no campo.

8. Promover ou apoiar as organizações políticas das categorias ocupacionais subalternas como instrumentos para gestões em função das questões sócio-ambientais do homem amazônico: preservação e manutenção de seus espaços produtivos; criação de reservas (pesqueiras e de coleta);

9. Conservação da qualidade das águas amazônicas e da vegetação associada como elementos essenciais do funcionamento dos ecossistemas com os quais interage e depende a população cabocla;

10. Considerar, no Planejamento e elaboração de programas, a diversidade dos ecossistemas das populações, as relações entre eles e seus valores culturais;

11. Estimular e priorizar pesquisas interdisciplinares, de natureza básica e/ou que venham, por um lado produzir conhecimentos científicos sobre a população cabocla e, por outro, ajudá-la em sua qualidade de vida material e social respectivamente.

É, portanto, necessário ter consciência tanto da diversidade existente entre as comunidades de caboclos quanto da unidade cultural que permeia a todas elas: da diversidade para que se encontre as especificidades que requerem um trato específico, ações especiais para benefícios reais e soluções de problemas que as envolvem; da unidade cultural para se encontrar o valor mesmo da tecnologia secularmente empregada por essas diversas comunidades visando ao aproveitamento sustentável da Amazônia, se conhecer e se revalorizar um sistema técnico como fonte de conhecimento para manejos atuais, especialmente num momento em que certos métodos modernos parecem frágeis em eficácia renovadora para meio-ambiente, bem como para se reencontrar formas de manejo integrado tal como o caboclo utiliza em sua associação sazonal com recursos agrícolas, aquáticos, silviculturais e pastoris, pois ele ainda não chegou a ser, *stricto sensu*, um produtor monovalente; enfim, para se (re)valorizar uma população que, a despeito de sua importância social, cultural e econômica, parece nunca ter sido considerada, não obstante dela fluir matérias-primas que são transformadas pelo grande capital (borracha, sementes, resinas silvestres, plantas aromáticas e medicinais, óleos vegetais e animais, recursos do subsolo, etc.) e alimentos que abastecem os pequenos, médios e grandes centros circunjacentes e/ou distantes das áreas produtoras (carnes bovinas, suínas, peixes, frutos, produtos hortigranjeiros).

Essas consciências contribuirão, certamente, para a renovação de uma consciência pública de respeito ao segmento caboclo amazônico em sua diversidade adaptativa e unidade cultural.

O conhecimento das atuais condições de vida do caboclo amazônico só será alcançado à medida em que se proliferarem e se diversificarem estudos atentando para essas duas dimensões apresentadas. A solução dos problemas pelos quais essa categoria social passa só será alcançada, entretanto, à medida em que houver vontade política dos governantes nas várias instâncias do poder estatal, a fim de se atacar de frente tais problemas, o que conseqüentemente levará essas instâncias a refletirem e incorporarem o conhecimento produzido pelas populações regionais.

Planejamento e ações devem ser buscadas no cerne social, cultural e ambiental dos centros de concentração onde habita o caboclo, seja ele seringueiro, lavrador, pescador ou coletor. Ouvi-los é atender aos apelos, as expectativas de solução de seus problemas, através de suas associações, organizadas de natureza diversa. Estes centros variam em localização, dimensão e organização no espaço. São pequenos *sítios*, *povoados*, *vilas*, *lugares* e cidades do interior amazônico.

O equacionamento dos problemas só ocorrerá à medida em que ações conjuntas entre Comunidade, Ciência e Tecnologia e Governo forem efetivadas. Sem essa ação tripartite cremos estar longe do êxito, permanecendo o processo de deterioração da qualidade de vida humana, animal e ambiental em toda a Amazônia.

6 - A SITUAÇÃO INDÍGENA

A Amazônia constitui a última ÁREA DE REFÚGIO dos povos indígenas que conseguiram sobreviver ao processo de formação histórica da sociedade de classes no caso brasileiro, conseguindo resistir a quase cinco séculos de exploração e opressão. Porém, na atualidade, os povos indígenas estão atravessando uma fase por demais crítica, característica de uma nova situação de crise, colocando em jogo a sobrevivência e ameaçando o próprio futuro, tendo em vista, por exemplo, a desenfreada reocupação econômica da Amazônia com base na grande propriedade capitalista, subvencionada pelo Estado: as grandes estradas com colonização em suas margens; as grandes barragens; os grandes projetos; a política indigenista atrelada à “segurança nacional”, grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros e minerais; sem falar numa moderna ideologia “integracionista”, reforçada e alimentada pela “mentalidade estatística”, onde não há lugar para a DIFERENÇA.

Assim, como é bem conhecido, os contactos de índios com europeus foram em geral prejudiciais aos indígenas desde o início da reocupação da Amazônia. A grande maioria das sociedades foi extinta ou assimilada à população regional. Doenças, moléstias contagiosas, especialmente complicações bronco-pulmonares de doenças respiratórias (gripe, sarampo, etc.), varicela, tuberculose, malária e outras, foram introduzidas com o contacto europeu sem os meios para combatê-los. Índios foram deslocados de suas terras originais para reassentamento em aldeamentos indígenas visando ao aproveitamento como mão-de-obra; outros se refugiaram em áreas remotas da Amazônia.

A penetração da população nacional aumentou consideravelmente a partir da Segunda Guerra Mundial devido à busca de seringa (borracha), minerais, abertura de estradas e aumento do sistema de transporte na região. Tal penetração acelerou-se bastante nos anos recentes provocando preocupação mundial com a ecologia da amazônia e também trouxe novos problemas aos índios.

Com referência à questão da terra, por exemplo, é ponto pacífico que a posse de um território constitui condição essencial à sobrevivência das nações indígenas. Em termos oficiais, no direito brasileiro, o reconhecimento dos direitos originários dos índios à terra é bastante antigo, embora, na prática, tenham desfrutado muito pouco disso, a não ser enquanto permanecem como índios autônomos. Com efeito, como é notório, há um enorme abismo entre a legislação oficial e a prática, certamente porque quanto mais fraca politicamente a parte envolvida maior tende a ser esse abismo entre a mera intenção e a efetiva aplicação. Por isso, apesar da legislação favorável aos índios, sabemos que os mesmos foram freqüentemente mortos, escravizados e espoliados de seus territórios ao longo do processo de formação histórica da sociedade brasileira, até mesmo quando as Constituições brasileiras passaram, a partir da de 1934, a reconhecer e a garantir a POSSE PERMANENTE e INALIENÁVEL das terras ocupadas pelos povos indígenas.

Torna-se importante entender que o direito dos índios “é originário e decorre de sua conexão sócio-cultural com povos pré-colombianos que aqui habitavam. Tal direito não procede do reconhecimento pelo Estado (nem é anulado pelo não reconhecimento), mas decorre do fato mesmo da sobrevivência atual dos grupos humanos que se identificam por tradições ancestrais e que se consideram como etnicamente diferenciados de outros segmentos da sociedade nacional”, Oliveira Filho (1987:8). Por conseguinte, o reconhecimento do direito originário dos índios independe tanto da TUTELA, que aparece mais tarde, como também do ESTADO das culturas indígenas, ou seja, de serem mais ou menos “tradicionais”. Ser ou não ser tutelado pelo Estado e/ou apresentar ou não uma cultura “tradicional” não constitui critério para o reconhecimento do direito originário dos índios às suas terras, exatamente porque esse DIREITO ORIGINÁRIO advém de uma CONTINUIDADE HISTÓRICA, isto é, os índios que ainda hoje restam são, realmente, como todos sabemos, os sobreviventes e os herdeiros dos primeiros ocupantes do Brasil, de tal modo que comunidades indígenas são aquelas “que se consideram segmentos distintos da sociedade nacional em virtude da consciência de sua continuidade histórica com sociedades pré-colombianas”, e é índio quem “se considera pertencente a uma dessas comunidades e é por ela reconhecido como membro” (Cunha 1987:26).

A Lei 6.0001, de 19/12/1973 (Estatuto do Índio) estabeleceu o prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas, o que não foi cumprido. A Constituição atual (1988) houve por bem incluir o mesmo prazo no próprio

texto constitucional, mas já se passaram quase dois anos do novo prazo, sem que tenha sido desencadeado um processo sério e eficiente para a demarcação. Porém só a demarcação não é suficiente. É preciso que as terras indígenas sejam efetivamente garantidas para evitar as invasões constantes que até hoje ocorrem. Um levantamento de 518 áreas indígenas listadas pelo CEDI (1987) indicou os seguintes resultados: a) não identificadas: 32,24%; b) identificadas: 20,66%; c) delimitadas: 33,01%; d) homologadas: 8,18%; e) regularizadas: 7,91%.

Quase todas as áreas mencionadas possuem algum tipo de invasão por não-índios. Não há qualquer levantamento oficial sobre o grau dessas intrusões. Para citar alguns exemplos, na área dos índios Tembé (A.I. Alto Rio Guamá - PA) há indicativos de que 60% já foi devastada por milhares de madeireiros e especuladores⁴. Na área dos Zoro (RO) há mais de 10 anos persistem centenas de invasores, apesar de promessas sucessivas dos órgãos governamentais de efetuarem sua retirada.

Um novo perigo às terras indígenas é a tentativa de transformar áreas não regularizadas em “colônias indígenas” e “florestas nacionais”. Com relação ao último termo, apesar do sabor ecológico, ele traz no seu bojo a possibilidade legal de exploração de minerais e madeira, estimulando invasões por parte de não-índios. Por exemplo, a reserva dos Tembé mencionada acima foi reduzida a duas colônias indígenas em 1988 com promessas de benefícios aos índios. Todavia, os benefícios nunca foram implementados, e, segundo técnicos da FUNAI, “a partir do momento em que os invasores (incluindo os que se dedicam à exploração ilegal de madeira) souberam da assinatura das duas portarias interministeriais, a invasão e devastação da área indígena atingiram o pico”. A mesma estratégia de abrir áreas indígenas à exploração ordinária, com efeito, se manifesta nas áreas dos Yanomami, dos Ticuna, e também em várias outras reservas, através de decretos semelhantes⁵.

A exploração de recursos naturais não renováveis vem sendo encorajada pela própria FUNAI⁶, insistindo que a exploração é necessária devido à falta de verba para atender as necessidades dos índios. De fato, os resultados da exploração dos recursos naturais em áreas indígenas têm sido desastrosos.

⁴ O Liberal, 8 de outubro de 1989. (“Tembés ameaçados pela cobiça dos madeireiros”).

⁵ CCPY, 1989. *Urihi* 8: 17. São Paulo.

⁶ O Liberal, 21 de dezembro de 1987. (“FUNAI defende exploração de riquezas naturais dos índios”).

A distribuição dos lucros é geralmente controlada por alguns líderes, ligados ou não à FUNAI, que se enriquecem. O dinheiro é quase sempre gasto com coisas supérfluas, sem a destinação devida às áreas da saúde, educação, demarcação do território. Os problemas novos provocados incluem os referentes à saúde, ao abandono das roças e das práticas culturais, à introdução de bebidas alcóolicas fortes, à poluição dos rios e da terra e ao aumento da violência e corrupção. Algumas áreas, como a dos Cinta Larga, são controladas pelos madeireiros e garimpeiros, tendo a FUNAI pouco controle da situação. Caso comecem a ser cumpridas as proibições legais contra as atividades de mineração e extração de madeira nas reservas indígenas, e comecem a ser implementadas as atividades alternativas sustentáveis, as populações indígenas poderão ter futuro.

Logo após o contato com a população envolvente, os grupos indígenas procuram obter alguns bens industriais. Seria possível satisfazer estes modestos desejos econômicos através de atividades sustentáveis, como o cultivo de produtos agrícolas, tais como o cacau, ou a extração de produtos da floresta, como a seringa e a castanha. Tais projetos devem evitar regimentação e roças comunitárias, uma vez que estas representam desestímulo ao trabalho e, na maioria das vezes, incorrem em uma distribuição injusta dos bens obtidos. Necessitam ainda alguns anos de assessoria e a transferência de conhecimento técnico e administrativo para grande parte da população indígena, a fim de evitar algum tipo de exploração interna.

Mas, são pouquíssimos os projetos econômicos realmente postos em prática, fato este que facilita a entrada de não-índios para a exploração ilegal de recursos. A cada dia que passa essas incursões tornam-se mais e mais freqüentes, seja para a surpresa dos índios (como no caso dos Yanomami invadidos por cerca de 50 mil garimpeiros), seja com o apoio de alguns "caciques" (como no caso da exploração de minerais e madeira na área dos índios Kayapó).

Conforme foi dito pelo GT FUNAI/TRANSAMAZÔNICA (FUNAI 1971), coordenado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, num dos momentos críticos de reocupação da última fronteira, "não deve ser processado o engajamento imediato de índios recém-pacificados ou atraídos, ao sistema econômico regional (extração de borracha, castanha, peles, mineração, etc.), nem incentivar esses grupos e aqueles já "aculturados" a empenharem-se de modo exclusivo nessas atividades, em detrimento da prática da agricultura e demais aspectos da vida tribal". Além do mais, num outro texto, como

contribuição a uma “política florestal para o desenvolvimento da Amazônia”, profissionais do DCH do MPEG lembravam também que “outras formas de engajamento econômico compulsórias ou induzidas de caráter intensivo, perpetradas pela FUNAI, determinadas Missões Religiosas e outras agências do contato, devem ser impedidas” (1979:193).

Na área de saúde, as dificuldades da população indígena continuam ainda não resolvidas, apesar da existência de meios modernos de tratar ou prevenir as doenças que mais contribuem para a elevação da taxa de mortalidade. Há, em geral, uma ausência de tratamento médico adequado disponível nas aldeias indígenas, assim como de um programa institucional de capacitação de enfermeiros, manual de saúde apropriado, e de procedimentos padronizados de tratamento.

O perigo de doenças é particularmente grave no caso dos grupos recém-contatados, uma vez que a maior parte de seus indivíduos morre durante os primeiros contatos. Por exemplo, na última década, os Uru-Eu—Wau-Wau, cuja população foi estimada em mais de 500 pessoas, foram reduzidos a menos de 100, apesar da presença de uma expedição de atração da FUNAI.

As incursões em áreas indígenas à procura de recursos naturais pela população branca representa uma ameaça crescente gravíssima às vidas indígenas. Por exemplo, a invasão da terra dos Yanomami por mais de 50 mil garimpeiros trouxe conseqüências catastróficas à saúde deste povo. Só na região de Surucucu, dos 1283 índios divididos em 19 aldeias, 800 estavam doentes⁷. A malária atingiu 219 índios, enquanto 116 tinham infecção pulmonar, 219 doenças de pele e 107 estavam desnutridos. Doenças venéreas, principalmente gonorréia, se espalharam rapidamente. Segundo uma denúncia venezuelana⁸, durante a invasão da área dos Yanomami na parte brasileira da fronteira, 1500 índios morreram em 2 anos. Uma pesquisa feita em Paapiú por japoneses e pela Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) constatou, através de amostras de cabelos de 18 índios, que 13 deles apresentam índices de mercúrio no organismo acima do limite considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS)⁹. Os efeitos do mercúrio na área continuarão ainda por vários anos.

⁷ *O Liberal*. Belém, 3 de maio de 1990. (“Moléstias Preocupam”).

⁸ *O Liberal*. Belém, 29 de abril de 1990. (“Genocídio contra os Yanomami será denunciado pelo deputado”).

⁹ *O Liberal*. Belém, 08 de agosto de 1990. (“Malária será erradicada de área Yanomami em 4 anos”).

Tragédias futuras poderão ser evitadas através da eliminação deste tipo de atividade extrativa ilegal e descontrolada nas reservas indígenas. Caso contrário, sua perpetuação poderá implicar na perda de outras milhares de vidas humanas.

Um programa capaz de tratar a “questão indígena na Amazônia” impõe a necessidade de um permanente diálogo democrático com a UNI - União das Nações Indígenas, bem como outras organizações indígenas integrantes da mesma, instâncias legítimas, “nunca levadas em consideração pelo Governo”, com as quais a política indigenista deve ser tratada, ou seja, uma política COM os índios e PARA os índios, contando naturalmente com a colaboração de outros organismos e profissionais os mais diversos, relacionados diretamente com o assunto (antropólogos, lingüistas, médicos, indigenistas, advogados, etc.). Sem isso, o programa corre o risco de ferir a própria AUTONOMIA indígena”. (Cortez; Borges; 1990).

O respeito à AUTONOMIA INDÍGENA implica na necessidade de se ter e aplicar, efetivamente, um programa mínimo garantindo os DIREITOS FUNDAMENTAIS dos povos indígenas, ou seja, a garantia dos direitos territoriais e culturais próprios dos povos indígenas, bem como o acesso à plena cidadania na vida do país como princípios básicos para a construção de uma sociedade democrática, capaz de respeitar a situação pluriétnica existente no Brasil, assegurando-se, como proclama a própria UNI: - o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas como primeiros habitantes do país; - demarcação e garantia dos territórios indígenas; - usufruto exclusivo, pelos povos indígenas, das riquezas naturais; - reassentamento, em condições dignas e justas, dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas; - reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

Dentre as medidas, por exemplo, que poderiam ser adotadas, destacá-amos as seguintes:

1. A aplicação imediata de todos os dispositivos constitucionais de defesa dos direitos dos índios, principalmente o prazo máximo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas, processo que precisa respeitar os critérios sócio-políticos-cosmológicos indígenas sobre seus territórios;

2. Suspensão dos atuais projetos hidrelétricos para a região do Xingu, realizando-se uma ampla revisão do Plano Energético 2010 e do modelo político-institucional de implementação e gestão da política energética na Amazônia;

3. Garantia da participação indígena, através da UNI - União das Nações Indígenas, e de outras organizações indígenas integrantes da mesma, no processo de discussão pública de todos os projetos governamentais dizendo respeito à Amazônia;

4. Sustação imediata do Projeto Calha Norte, que recentemente teria sido transformado em Programa, com seus desdobramentos e implicações, o qual inclusive vem contrariando todos os preceitos constitucionais dizendo respeito aos índios:

5. Avaliação dos danos causados aos ecossistemas por empresas econômicas (garimpeiras, madeireiras, etc.) ou quaisquer outras atividades econômicas não-indígenas nas áreas desses povos;

6. Revisão da atual sistemática de demarcação dos territórios indígenas, criando-se um Grupo de Trabalho especificamente para tratar do assunto na Amazônia, com a participação de lideranças indígenas e profissionais qualificados e competentes (Cortez et al. 1989:8);

7. Realização de campanhas de esclarecimento popular, principalmente por meio da televisão, estimulando o desencadeamento de formas de ensino e de informação consistentes e permanentes, com a participação das organizações indígenas.

As campanhas de esclarecimento são extremamente importantes, principalmente por causa dos argumentos insistindo em que haveria muita terra para pouco índio, de que a ocupação indígena seria ineficiente e improdutiva, bem como o "alegado esgotamento de terras para a agricultura que a demarcação das áreas indígenas geraria" (Oliveira Fo., XXX 1987:26). Assim sendo, o reconhecimento dos direitos originários dos índios a suas áreas não colocaria em risco, como se costuma estereotipar, o desenvolvimento do chamado meio rural: "Contrariamente a algumas formulações vagas, as terras indígenas não obstaculizam a expansão das atividades agrícolas ou pecuárias, uma vez que é demonstrado que constituem parte menor do estoque de terras que poderia ser destinado a programas governamentais de colonização (aproximadamente 30%) e/ou de reforma agrária (estimados aproximadamente em 40% ou 18%, segundo suas diferentes modalidades). Os fatores impeditivos de avanço da agricultura brasileira são muito mais complexos, envolvendo variáveis econômicas e políticas de outra ordem. Atribuir ao índio tal poder e capacidade seria apenas um grande e artificial "imbroglio", construído na medida para atender interesses particulares e indeclináveis" (Ibid.:32).

7 - O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A Convenção adotada na 17ª Reunião Geral da UNESCO, realizada em 1972, divide o patrimônio da humanidade em duas partes: Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural. O Patrimônio Natural é composto por formações físicas e biológicas que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico, e por áreas nitidamente demarcadas e que constituem habitat natural de espécies animais e vegetais ameaçadas. O Patrimônio Cultural é constituído por obras arquitetônicas, pinturas e esculturas monumentais e elementos ou estruturas de natureza arqueológica, que tenham valor excepcional do ponto de vista da história, da arte, ou da ciência.

Essa Convenção estabelece, também, diversas resoluções visando à execução de medidas destinadas à preservação de ambos os patrimônios, por parte dos países membros da ONU, entre os quais está o Brasil.

Vale ressaltar que, no tocante à preservação do patrimônio cultural, o Brasil já se adiantara à UNESCO em pelo menos 35 anos. Em 1937 o governo brasileiro já havia adotado as primeiras medidas legais efetivas de proteção aos bens culturais e, por extensão, arqueológicos, criando, inclusive, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, para gerir os assuntos referentes aos bens histórico-culturais. Com tais medidas o governo buscava resgatar a identidade nacional, valorizando os elementos formadores da cultura brasileira, de acordo com o ideário político-ideológico fortemente nacionalista do Estado Novo. Entretanto, foi somente a partir de 1961 que o patrimônio arqueológico passou a ser regido por uma legislação específica - a Legislação Brasileira Protetora das Jazidas Pré-Históricas, lei nº 3424-, que “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos”. A atual Constituição Federal trata dessa questão em seu Art. 215, incluindo os bens arqueológicos como parte do *patrimônio cultural brasileiro*.

Não obstante o interesse já bastante antigo do Estado em relação aos bens culturais brasileiros, só ultimamente o patrimônio arqueológico tem sido objeto de discussões mais aprofundadas em busca de soluções para os problemas que o envolvem, principalmente em face do acelerado processo de depredação, e mesmo de destruição, a que esse patrimônio vem sendo impiedosa e criminosamente submetido.

Uma das mais amplas discussões sobre a questão arqueológica brasileira ocorreu durante o “Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica”, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1988. Na ocasião entre outros

pontos da questão, o conceito de Patrimônio Arqueológico foi amplamente discutido, resultando na seguinte definição: "Patrimônio arqueológico de um país é a parcela de uma herança deixada pelas gerações passadas, administrada, usada e usufruída pela geração presente, mas com transmissão obrigatória para as gerações futuras" (Schmitz 1988:12). Na concepção de Menezes (1984), o patrimônio arqueológico "é constituído por coisas físicas, restos materiais de atividades culturais e seus contextos".

No caso do Brasil, esse patrimônio foi deixado pelas populações indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada dos colonizadores europeus. Ele inclui objetos de cerâmica, de pedra, de osso, de madeira e de outras matérias-primas, pinturas e gravuras rupestres e outras evidências materiais, além dos locais dos antigos assentamentos (os sítios arqueológicos).

O indígena, como o negro, teve uma participação efetiva na formação étnica e cultural da sociedade brasileira. E, na Amazônia, particularmente, essa participação parece ter sido muito mais expressiva do que no resto do país. Justo seria, portanto, que o patrimônio arqueológico fosse considerado e preservado como uma preciosa herança de nossos antepassados. Porém, não obstante a efetiva contribuição do indígena, sua cultura sempre foi desprezada, marginalizada e, em grande parte exterminada pelos brancos, que se tornaram classe dominante a partir do século XVI. Esse fato "marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio arqueológico, caracterizado pelo interesse na preservação da memória dos vencedores, reservando aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento" (Lima 1988:22).

Além da sociedade brasileira não se identificar étnica e culturalmente com as populações indígenas pré-coloniais, a cultura material dessas populações não apresenta nada de monumental que suscite admiração e orgulho. Consequentemente, o patrimônio arqueológico foi relegado à sua própria sorte, até às primeiras décadas do século XX, quando o Governo adota as primeiras medidas de preservação e valorização dos bens culturais (ibidem). Porém, as medidas adotadas pelo Estado, inclusive as mais recentes, têm sido pouco eficazes diante do processo desordenado, e conceitualmente errado, de ocupação e desenvolvimento regional, que, na maioria dos casos, não leva em conta os valores culturais e ambientais. Esse conjunto de fatores tem se constituído num sério problema para a preservação do patrimônio arqueológico, uma vez que, por um lado influencia o comportamento da sociedade em relação às suas origens étnica e cultural e por outro causa danos ao meio-ambiente e aos bens culturais.

O grau de valorização do patrimônio arqueológico depende, em grande parte, da ideologia do Estado e do conceito que a sociedade faz da sua própria história. Num país onde o Estado valoriza o seu patrimônio e a sociedade está consciente de uma continuidade étnica e cultural através de milênios, - o que só se consegue através de processos educativos - a preservação do patrimônio arqueológico será uma tarefa muito mais fácil do que onde essa consciência não existe, ou é rejeitada. Portanto, a preservação arqueológica não é uma questão somente de caráter jurídico e político, mas também de caráter moral, uma vez que expressa a conduta da sociedade contemporânea em relação às suas origens étnicas e cultural.

É importante ressaltar ainda a relevância do patrimônio arqueológico para as pesquisas e estudos científicos. Os conhecimentos produzidos acerca das populações pré-coloniais podem contribuir tanto para o desenvolvimento da ciência e a reconstituição da pré-história, quanto para subsidiar a formulação e implantação de políticas e programas compatíveis com as peculiaridades ecológicas e sócio-culturais regionais.

O patrimônio arqueológico tem como principal componente os locais dos antigos assentamentos - os sítios arqueológicos. Na Amazônia existem diversos tipos como os *sítios de terra preta*; os *sambaquis*; as *pinturas e gravuras rupestres*; os *sítios em grutas*, além de outros mais raros como os *aterros artificiais*, na ilha de Marajó e as *estearias* ou *palafitas*, no lago Cajari (MA).

As pesquisas arqueológicas têm demonstrado que os sítios de terra preta são os mais numerosos e localizam-se, predominantemente, ao longo das margens dos rios, lagos, igarapés e paranás. Raramente são encontrados nos interflúvios. Devido à alta fertilidade das terras pretas, estes sítios comumente são utilizados pelas populações ribeirinhas contemporâneas para agricultura de subsistência. Essa prática, muito freqüente na Amazônia, causa danos irreparáveis aos sítios arqueológicos. Por isso, embora férteis, as terras pretas que contêm vestígios arqueológicos não devem nunca ser vistas como uma opção para a agricultura, mas como um patrimônio cultural a ser preservado.

Os sambaquis estão localizados, concentradamente, na região litorânea, mas podem ser encontrados também em locais isolados do interior amazônico. A maior concentração de sambaquis foi registrada no litoral paraense, sendo que a quase totalidade foi destruída desde o século passado, em decorrência da extração de matéria-prima (restos de moluscos e crustáceos) para a fabricação de cal. Dos 43 sambaquis litorâneos levantados por Simões (1981), restam

apenas dois em estado de conservação relativamente bom, ambos localizados no Distrito de Quatipuru, no Município de Primavera (PA), os quais foram tombados pela SPHAN (atual IBPC) como Patrimônio Nacional.

As pinturas e gravuras rupestres ainda são pouco conhecidas devido à quase total ausência de pesquisas e estudos. Há, contudo, registro dessas manifestações culturais pré-coloniais em diversas partes da Região Amazônica, como, por exemplo, na região do rio Parimé, em Roraima (Lopes & Kalkamnn 1983); no médio rio Urubu - AM (Simões 1980); no Amapá (Hilbert 1989); em Monte Alegre e Alenquer; nas serras das Andorinhas, da Escama e Tumucumaque; nos rios Fresco, Trombetas, Tapajós, Bacajás, Pacajás, Ipitinga, Cuminá, Murapi, Cachorro, Paru, Paru de Oeste, Tocantins, Arraias do Araguaia, Tueré (PA); na ilha dos Martírios (TO); e em São Domingos do Maranhão (Maranhão) (Pereira 1990).

Do mesmo modo que as pinturas e gravuras rupestres, os sítios em grutas também são pouco conhecidos. Há registros de suas presenças no Amapá (Hilbert 1989); em Monte Alegre (Pereira 1992); Altamira (Araujo-Costa et al. 1988); Serra dos Carajás (Lopes 1987); e Serra das Andorinhas (Kern et al. 1992). Há ainda registro de sítios em grutas na Chapada dos Parecis (Miller 1987).

Este quadro, obviamente, não retrata com fidelidade a composição e a distribuição geográfica do patrimônio arqueológico amazônico. Ainda será necessário muita pesquisa para que se chegue a um quadro mais realista. Fatores de ordem natural, como as dimensões regionais e as dificuldades de acesso aos recantos mais longínquos, naturalmente dificultam a realização de pesquisas. Porém, o problema mais sério é a carência de recursos, tanto financeiro quanto humano. Conseqüentemente, torna-se difícil, embora não impossível, chegar-se ao conhecimento pleno sobre o patrimônio arqueológico da região. Contudo, apesar de precários, acreditamos que os dados e argumentos aqui apresentados sejam suficientes para mostrar o significado, a importância e a necessidade da preservação desse patrimônio, que desde há muito tempo vem sendo impiedosa e irresponsavelmente destruído.

Muitas são as atividades que causam danos ao patrimônio arqueológico, tais como mineração, construção de estradas, de núcleos urbanos, garimpagem, etc. Porém, tem-se constatado, através das inúmeras expedições científicas realizadas por diversas partes da Amazônia, que os maiores danos, em termos quantitativos, são causados pelas atividades agropecuárias e pelas construções de barragens.

A agropecuária implica o desmatamento e, com o desmatamento, os sítios arqueológicos perdem a proteção da cobertura vegetal, sofrendo as consequências da erosão que os destroem lentamente. Se há utilização de máquinas pesadas, a destruição é imediata e total. Em consequência disso, a coleta de materiais como artefatos de cerâmica, de pedra e outros vestígios, bem como a coleta de dados ambientais complementares, que contribuiriam para melhor compreensão de toda a dinâmica dos grupos em relação ao meio-ambiente, fica impossibilitada ou, no mínimo, prejudicada.

As construções de barragens, por sua vez, inundando extensas áreas, levam à submersão grande quantidade de sítios, juntamente com todo o contexto ambiental no qual estão inseridos, eliminando assim qualquer possibilidade de pesquisa e também de preservação, se medidas prévias e adequadas não são tomadas.

Entendemos que a medida mais factível e eficaz a ser adotada a curto prazo, nos casos de implantação de projetos/atividades que venham a causar impacto ambiental, é a realização de pesquisa prévia nas áreas a serem impactadas. Essa medida, aliás, é prevista na lei de proteção ao Patrimônio Arqueológico já mencionado. Sua aplicação proporcionará, ao mesmo tempo, a produção de conhecimentos científicos sobre a ocupação pré-histórica da área impactada e a caracterização física dos sítios arqueológicos, permitindo com isto o planejamento de ações adequadas à sua preservação, sem inviabilizar ou mesmo obstaculizar o desenvolvimento econômico. Essa medida, porém, é de caráter provisório, e sua eficácia é relativa, limitando-se aos casos de projetos financiados pelo Estado, porque estes projetos estão sujeitos às normas do Governo relacionadas à preservação ambiental. Considerando que existem várias formas de ações humanas pelas quais o meio-ambiente e o Patrimônio Arqueológico vêm sendo danificados, inclusive atos de vandalismos mesmo, não resta dúvida de que a solução definitiva para o problema só virá com a formação de uma consciência ecológica na sociedade como um todo, bem como com a conscientização e valorização de sua identidade étnica e cultural. Parece fundamental também uma mudança na concepção de *desenvolvimento*. É preciso ter em mente que o grau de desenvolvimento de um povo não se mede apenas pela renda "per capita", mas por todo um conjunto de valores, entre os quais incluem-se a preservação ambiental e do Patrimônio Arqueológico. E essas mudanças só poderão ser alcançadas através de um processo educativo, basicamente via escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Graus, não se excluindo, porém, outros caminhos alternativos. Desse modo, a sociedade como

um todo certamente aprenderá a conviver harmoniosamente com a natureza, preservando, ao mesmo tempo, os elementos naturais essenciais à sobrevivência que ela oferece, bem como os valores subjetivos próprios das sociedades modernas, entre os quais incluem-se os valores étnicos e culturais.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No planejamento de uma política de reocupação da Amazônia, uma estrutura tripartite, conjugando a comunidade científica, as ações governamentais e as comunidades amazônicas envolvidas, é crucial e urgente.

A comunidade científica, através da pesquisa básica e interdisciplinar, integrada às comunidades envolvidas, detém instrumental teórico e metodológico no trato dessas comunidades, apontando caminhos para o equacionamento das contradições sociais existentes, fruto, muitas vezes, de políticas econômicas desenvolvimentistas exógenas e inadequadas.

As comunidades amazônicas envolvidas detêm os modelos históricos e imemoriais *nativos* de relação com a natureza, modelos estes elaborados pelos próprios agentes, pois, interagir com a natureza significa abertura de idéias ao conhecê-la e concebê-la, sentida e vivida experimentalmente pelas populações que a habitaram e ainda habitam, presentes nos seus comportamentos, falares, crenças e tecnologias.

O Estado deve fomentar as pesquisas básicas, incorporando os resultados destas à sua avaliação na elaboração de políticas que *realmente* atendam a demanda social na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO-COSTA, Fernanda et al. 1988. Programa de Estudos Arqueológicos na Área do Reservatório do Kararô (PA). (Relatório, v. 2). Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- BALÉE, W. 1989. Cultura na vegetação da Amazônia Brasileira. In: NEVES, Walter A. (org.). *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas*. Belém, Museu Paraense Emílio / CNPq, p. 95-110. (Coleção Eduardo Galvão).
- BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1961. *Legislação Brasileira Protetora das Jazidas Pré-Históricas*. Diário Oficial da União, Brasília.
- CEDI/Museu Nacional (ed.). 1987. *Terras indígenas no Brasil*. São Paulo.
- CORRÊA, C. G. & LOPES, D. F. 1988. *A ocupação pré-histórica da Amazônia*. Belém, 9 p. inédito.
- CORTEZ, R. & BORGES, L., 1990. *Contribuição para o Programa de Governo da Frente Novo Pará*. Belém, inédito.
- CORTEZ, R.; BORGES, L.; GATTI, M.; MATIAS, F. 1989. *Questão indígena na Amazônia: Propostas*. Belém, inédito.
- CUNHA, M. C. 1987. *Os direitos do índio*. São Paulo, Brasiliense.
- ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL. 4. Declaração. 1990. Belém.
- FURTADO, L. G. 1987. *Currulistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi / CNPq, 366 p.
- FUNAI, GT - FUNAI/TRANSAMAZÔNICA. 1971. *Plano de Apoio*. Belém, 11p. inédito.
- GALVÃO, E. 1955. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo, Nacional, 201 p.
- HILBERT, K. P. & BARRETO, M. V. 1988. *Projeto arqueológico de levantamento de sítios pré-cerâmicos no rio Maracá (AP)*. Relatório de viagem. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 8 p.
- KERN, D. Clara et al. 1992. O potencial espeleoarqueológico da região de São Geraldo do Araguaia - PA. (Manuscrito inédito).
- LIMA, A. T. 1988. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. In: REVISTA DE ARQUEOLOGIA, v.5, nº1. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro. p. 19-28.
- LÔPES, D. F. 1987. Salvamento arqueológico em Carajás. In: SILVA, Manuela F.F. da (coord.). *Estudos e preservação de recursos humanos e naturais na área do Projeto Ferro Carajás (Rel. Final)*. Mus. Para. Emílio Goeldi, 199 p. il. Belém.
- LOPES, D. F. & KALKMANN, A. L. M. 1983. *Inspecção arqueológica no sítio "Pedra Pintada" (RR)*. Relatório de excursão. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 8 p.
- LOUREIRO, V. R. 1989. *A História Social e Econômica da Amazônia*. In: ESTUDOS e Problemas Amazônicos. Belém, SEDUC/IDESP, p. 9-55.
- MANESCHY, C. A. 1988. *Uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém, UFPA/NAEA. Tese de Mestrado.
- MENEZES, U. B. 1984. Identidade cultural e arqueológica. Rev. Patrim. Hist. Artist. Nac., 20.
- MILLER, E. Th. 1987. Pesquisa arqueológicas palcoíndigenas no Brasil Ocidental. In: NUNES, Lauro & MEGGERS, Betty (cd.). *Estudios Atacameños*, nº 8. São Pedro de Atacama - Chile, p. 37-61.

- OLIVEIRA, A. et al. 1979. Antropologia Social e a Política Florestal para o Desenvolvimento da Amazônia. In: ACTA AMAZÔN., Suplemento, Estratégias para política Florestal na Amazônia Brasileira, Manaus.
- OLIVEIRA, A. 1988. Amazônia: Modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Sec. XVII ao XX). Boletim do Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Antropol. 4 (1): 65-115.
- OLIVEIRA F., J. P. 1987. Terras Indígenas: Uma avaliação Preliminar de Seu Reconhecimento Oficial e de Outras Destinações Sobrepostas. In: TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL / DECI/Museu Nacional.
- PANTOJA FERREIRA, C. 1990. *Contribuição ao conhecimento de fauna dos manguezais*, Belém, 10 p. inédito.
- PARKER, E. P. 1989. A Neglected Resource in Amazonia: The Amazon Caboclo. *Resource management in Amazonia: Indigenous and folk strategies*. In: POSEY, D.A. & BALÉE, W. (ed.). *Advance in Botany*, v. 7, New York, New Yont Bonatecel Garden. Bronx, p. 249-259.
- PEREIRA, E. S. 1990. *As gravuras e pinturas rupestres no Pará, Maranhão e Tocantins: Estado atual do conhecimento e perspectivas*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 145 p. il. Tese de Mestrado.
- PEREIRA, E. S. 1992. Levantamento dos sítios com pinturas rupestres no baixo Amazonas (Relatório de Pesquisa). Mus. Para. Emílio Goeldi. Belém.
- PROJETO RADAM BRASIL, 1975. Folha SB-21. Tapajós. Rio de Janeiro. DNPM. p. 287-382. (Levantamento de Recursos Naturais, 4).
- PROJETO RADAM BRASIL, 1981. Folha SD - 22. Goiás. Rio de Janeiro. DNPM. p. 509-560. (Levantamento de Recursos Naturais).
- SCHMITZ, P. I. 1988. O Patrimônio Arqueológico Brasileiro. Rev. Arqueol. Rio de Janeiro, 5(1):II-18.
- SILVEIRA, I. M. 1979. Quatipuru: agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica. Publ. Avulsas Mus. Para. Emílio Goeldi. Belém, (34): 1-80 p.
- SILVEIRA, I. M. 1979. Formas de aviamento em um povoado pesqueiro da Amazônia. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Nova série, Belém, (74): 1-24 p.
- SIMÕES, M. F. 1981. Coletores-Pescadores Ceramistas do Litoral do Salgado (Pará). Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, nova sér. Antopolo. Belém, (78): 1-26 p.
- SIMÕES, M. F. 1983. Pré-História da Amazônia: Uma tentativa de reconstituição. In: Cultura Textos e Catálogos. Belém, Mus. Para. Emílio Goeldi/CNPq, p. 5-21.
- SIOLI, H. 1985. *Amazônia: Fundamentos da Ecologia da maior região de Florestas Tropicais*. Petrópolis, Vozes, 72 p.
- UNI-Direitos Indígenas: programa mínimo/86. In: CUNHA, M. *Os Direitos do Índio*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- VIERTLER, R.B. 1989. Estudos de Ecologia Cultural em Grupos Tribais Amzônicos: Perspectivas. In: NEVES, Walter A. (org.) *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas*. Belém, Mus. Para. Emílio Goeldi, p. 51-58. (Coleção Eduardo Galvão)